



PAULUS

vida pastoral

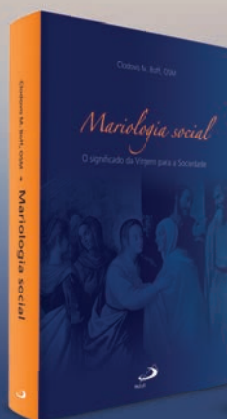
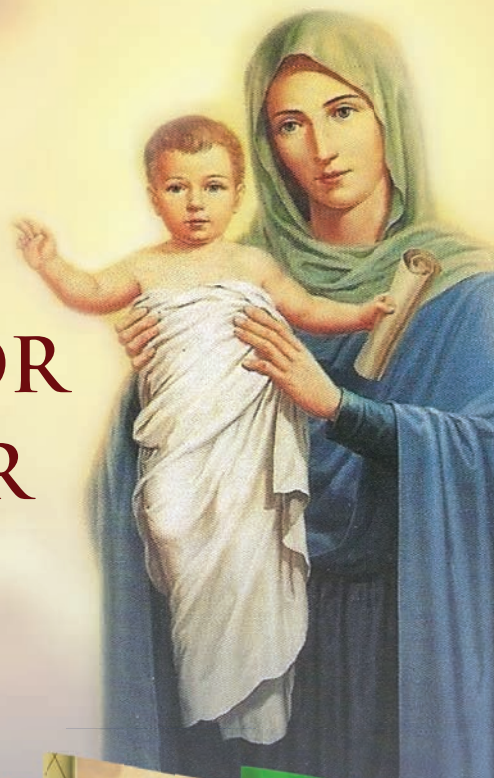
maio-junho de 2020 – ano 61 – número 333

COMUNIDADE ECLESIAL:

o espaço para a escuta e
discernimento da vontade de Deus



CONHECER MELHOR MARIA PARA SEGUIR MELHOR JESUS!



Mariologia social
O significado da
Virgem para
a Sociedade
Clodovis Boff



**Maria tão plena
de Deus e
tão nossa**
Kathleen Coyle



**Aquela que
Acreditou**
A Vida oculta de
Maria de Nazaré
Lúcia F. Arruda



Maria de Nazaré
Breve tratado
de mariologia
Daniela del Gaudio



**Mãe dos
Apóstolos**
Viver Maria para
anunciar Cristo
Giuseppe Forlai



Maria para hoje
Hans Urs von
Balthasar

O mês de maio, dedicado a Maria, é uma oportunidade especial para aprofundar o conhecimento sobre a Mãe do Senhor e a sintonia com ela. Maria nos inspira e ajuda a seguir, amar e glorificar seu filho!

São necessários cuidado e esforços pastorais para purificar, evangelizar e aprofundar as devoções a Nossa Senhora e centrá-las em Cristo e no Reino de Deus (cf. DAp 262), atendendo a própria Maria, que, no evangelho, diz: “Fazei aquilo que ele vos disser”.

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

O papa Francisco tem insistido numa ação pastoral que leve em conta a periferia, não somente a geográfica, mas também a existencial. Francisco está convocando a Igreja a se posicionar na perspectiva da complexidade, a não se reduzir ao vício do binarismo, mas ser capaz de interagir com as diferenças. A beleza e o êxito de nossa pastoral estão na interação.

Esta edição de *Vida Pastoral* objetiva colocar em interação quatro artigos pertinentes à nossa ação pastoral. O ponto de partida é a vida em comunidade. *Eliseu Wisniewski* comenta as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023), considerando especificamente a ação comunitária na vida e missão eclesial. O autor enfatiza a insistência dos bispos do Brasil sobre a necessidade fundamental da comunidade como o eixo, a “casa dos cristãos”, aquilo que impulsiona todo apostolado. Na complexidade da cultura urbana, as comunidades se tornam o melhor espaço para a escuta e o discernimento da vontade de Deus.

A comunidade, porém, necessita de buscar sempre a santidade, e esta tem que ver com a saúde integral: corpo e mente são, de modo que nada seja empecilho para o anúncio pleno da boa notícia. Espera-se, portanto, uma comunidade saudável. O artigo de *Airilço Chaves Nantes* evidencia que a religiosidade/espiritualidade cultivadas no dia a dia das pessoas produzem emoções positivas, solidariedade, esperança, motivando a saúde mental.

Uma comunidade bem formada pensa além dos *slogans* e do senso comum. É corajosa, tem segurança de sua condição e dá razão da fé (cf. 1Pd 3,15). É o que *Lino Batista de Oliveira* aborda em seu texto: “Uma palavra sobre ‘ideologia de gênero’ à luz da fé

cristã”. O autor chama a atenção para o risco do dualismo, que insiste em pensar a pessoa apenas como ser biológico ou apenas como ser espiritual. A pessoa humana é um todo, uma única realidade, composta de matéria e forma, corpo e consciência, objetividade e subjetividade. As dimensões corporal e espiritual devem se harmonizar, pois, para o humanismo cristão, não há lugar para dualismos.

Por fim, um dos aspectos importantes da vida comunitária é a celebração, a festa. *Benedito Prezias* oferece-nos um precioso estudo sobre as incorporações da cultura indígena na beleza e na alegria das festas juninas, que tanto alegam nosso povo. Trata-se de algo pouco conhecido, uma vez que, no geral, os brasileiros não se interessam em conhecer e estudar a cultura dos povos originários. Os santos comemorados em junho trazem marcas não só das culturas ibéricas, como também apresentam traços dos povos tupis, com os quais os portugueses conviveram por muito tempo. De acordo com Prezias, as festas juninas continuam sendo as mais indígenas das festas populares e precisam ser mais bem conhecidas e valorizadas.

Para iluminar e aprofundar nossa experiência e meditação na celebração litúrgica, contamos com a valiosa colaboração do biblista *Francisco Cornélio Freire Rodrigues*, que preparou os roteiros homiléticos.

Desejamos a todos excelente experiência pastoral e comunitária, na esteira da “Igreja em saída” tão querida pelo papa Francisco, de modo que o Reino de Deus seja realidade no meio de nós, nestes tempos em que somos sempre mais interpelados ao testemunho radical do evangelho.

Boa leitura!

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Editor

Editora

PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Jornalista responsável

Valdir José de Castro, ssp

Editor

Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Conselho editorial

Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Darci Luiz Marin, ssp

Paulo Sérgio Bazaglia, ssp

Sílvio Ribas, ssp

Ilustrações

Patrícia Campinas (artigos)

e Luís Henrique Alves Pinto

(Roteiros Homiléticos)

Imagem da capa

iStock

Diagramação e projeto gráfico

Elisa Zuigeber

Revisão

Alexandre Santana e

Jennifer Souza Almeida Ferraz

Assinaturas

assinaturas@paulus.com.br

(11) 3789-4000

WhatsApp: 99974-1840

Rua Francisco Cruz, 229

Depto. Financeiro • CEP 04117-091

São Paulo/SP



Redação

© PAULUS – São Paulo (Brasil)

ISSN 0507-7184

vidapastoral@paulus.com.br

paulus.com.br / paulinos.org.br

vidapastoral.com.br

Periódico de divulgação científica.

Área:

Humanidades e artes.

Curso: Teologia.

Sumário

A VIDA EM COMUNIDADE NAS DIRETRIZES
GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA
DA IGREJA NO BRASIL 4

Eliseu Wisniewski

A RELIGIOSIDADE E A ESPIRITUALIDADE
COMO PROMOTORAS DE SAÚDE MENTAL 16

Airilço Chaves Nantes

UMA PALAVRA SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO”
À LUZ DA FÉ CRISTÃ 22

Lino Batista de Oliveira

AS RAÍZES INDÍGENAS DAS FESTAS JUNINAS 30

Benedito Prezia

ROTEIROS HOMILÉTICOS 40

Francisco Cornélio Freire Rodrigues

Assinaturas

A revista **Vida Pastoral** é distribuída gratuitamente pela Paulus.

A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

WhatsApp: (11) 99974-1840

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para:
Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 300-X, conta 105555

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguará, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joापessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111–B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 - Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metró Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



A vida em comunidade nas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil* (2019-2023)

O artigo leva em conta as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023), que têm como eixo central a comunidade eclesial concebida como “casa dos cristãos”.

Na complexidade da cultura urbana, elas se tornam o melhor espaço para a escuta e o discernimento da vontade de Deus.

*Pe. Eliseu Wisniewski, cm, é presbítero da Congregação da Missão Província do Sul (Padres Vicentinos), mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e doutorando em Teologia pela mesma universidade. E-mail: eliseu.vicentino@gmail.com

Introdução

Foi na 57ª Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, realizada em Aparecida-SP, de 1º a 10 de maio de 2019, que as Diretrizes para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023) ocuparam o lugar de tema central. Como sabemos, as Diretrizes são a tentativa de escuta dos sinais dos tempos e

dos desafios que neles se apresentam, abordando aspectos prioritários da ação evangelizadora e a indicação dos rumos a serem seguidos e inspirando o planejamento da Pastoral de Conjunto das Igrejas particulares no Brasil. Ao colocar-se como servidora da humanidade, a Igreja reconhece o momento histórico em que se encontra e é convocada

a buscar caminhos para a transmissão da fé. Trata-se do encontro entre o único e eterno evangelho com a vida das pessoas e povos em determinado momento da história. Para a Igreja, o desafio que se destaca é o que se relaciona mais diretamente com sua missão: a transmissão integral da fé no interior de uma cultura em que se verificam rápidas e profundas transformações.

Dito de outra forma, a Igreja no Brasil – para corresponder melhor à ação do Espírito numa realidade em constante transformação –, no seu rico processo de planejamento pastoral, elabora suas diretrizes, fazendo, para isso, duas perguntas fundamentais: o que está acontecendo com o mundo de nossos dias e em que aspectos o atual momento histórico interpela a ação evangelizadora. Desse modo, busca-se identificar as causas e discernir consequências evangelizadoras, compreendendo a realidade para melhor interagir com ela, em vista do crescimento do Reino de Deus, e levando em consideração que toda ação evangelizadora e pastoral tem como meta a salvação da pessoa e da humanidade.

As Diretrizes apontam um desafio imenso, pois, em cada indicação, pedem o esforço de não nos assustarmos diante das transformações pelas quais passa o mundo, mas, confiantes no Crucificado-Ressuscitado que tudo venceu, olharmos para o horizonte novo, assumindo corajosamente o que a graça de Deus nos pede para os dias de hoje.

A fim de ampliar e avançar um processo eclesial promovido desde a recepção do *Documento de Aparecida* e o Magistério do papa Francisco, por meio das Diretrizes Gerais de 2011–2015, nas conhecidas “urgências pastorais” – que diziam respeito à busca e ao encontro de caminhos para a transmissão e a sedimentação da fé num período histórico de transformações profundas e tiveram continuidade no quadriênio seguinte (2015–2019) –, as Diretrizes de 2019–2023, tendo em conta a cultura urbana, propõem agora

como eixo central a “comunidade cristã”. Esta é concebida como a “casa dos cristãos” e é sustentada por quatro pilares, que refletem as quatro dimensões das primeiras comunidades cristãs retratadas nos Atos dos Apóstolos (cf. At 2,42; At 8,48): 1) casa da Palavra: iniciação à vida cristã e animação bíblica da pastoral; 2) casa do pão: liturgia e espiritualidade; 3) casa da caridade: serviço à vida plena para todos; 4) casa aberta: estado permanente de missão. A Igreja no Brasil assume o compromisso e o empenho de formar comunidades que sejam casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão.

É precisamente do tema da comunidade cristã que queremos tratar aqui. No desenvolvimento desse tema, percorrendo a Introdução e os quatro capítulos que compõem o texto das Diretrizes – 1) O anúncio do evangelho de Jesus Cristo; 2) Olhar de discípulos missionários; 3) A Igreja nas casas; 4) A Igreja em missão –, recolhemos deles o que se diz a respeito da cultura urbana, da ação evangelizadora e da comunidade cristã, a fim de perceber como esses três elementos estão interligados; a partir daí, chamamos a atenção para alguns elementos a serem levados em conta pela comunidade cristã para que, de fato, esta seja o modelo de vida cristã, testemunho encarnado na história, encravado nas realidades, comprometida com as dores e lutas dos homens e das mulheres, dos jovens, crianças e idosos de nosso país, desejosos de testemunhar outro mundo possível, uma realidade nova: o Reino de Deus.

1. A cidade: imagem importante para a ação evangelizadora em nossos dias

As Diretrizes de 2019–2023 assumem o novo perfil de espaço urbano (cf. n. 28) para possibilitar o salto para uma experiência eclesial que corresponda à necessidade humana, antropológica, de comunidade, pois “só existe efetiva comunidade onde os relacionamentos humanos são marcados pelo conhecimento,

“AO COLOCAR-SE COMO SERVIDORA DA HUMANIDADE, A IGREJA RECONHECE O MOMENTO HISTÓRICO EM QUE SE ENCONTRA E É CONVOCADA A BUSCAR CAMINHOS PARA A TRANSMISSÃO DA FÉ.”

pela mútua interpelação e pelo mútuo enriquecimento, por sonhos e causas comuns” (AMADO, 2010, p. 76).

Na esteira de Aparecida, as Diretrizes reafirmam que estamos numa mudança de época. Trata-se de “processo em andamento” (n. 44), e uma das maneiras para compreender esta mudança de época pode ser encontrada na imagem da cidade. Outras imagens também podem ser usadas, mas a figura da cidade ajuda a expressar o que está acontecendo no mundo de hoje. O olhar das Diretrizes sobre as cidades não é pessimista e intolerante, buscando nos lançar numa espécie de “guerra santa” contra um inimigo a ser combatido, mas um olhar carregado de positividade (cf. n. 114): “um ambiente a contemplar” (n. 32), porque “é o lugar da presença de Deus” (n. 10; 47), um Deus que “habita a cidade” (n. 46; 72) e “está no meio de nós” (n. 72; cf. Mt 28,20; Dt 31,6). E “contemplando o mundo com os olhos de Deus, é possível perceber e acolher o grito que emerge das várias faces da pobreza e da agonia da criação (n. 102)”, pois

as questões sociais, a defesa da vida e os desafios ecológicos da atual cultura urbana têm que ser enfrentados pelas nossas comunidades numa postura de diálogo, respeito à dignidade da pessoa humana, defesa dos excluídos e marginalizados, compaixão, busca da justiça e do bem comum, e cuidado com o ambiente (n. 104).

Dessa forma, as Diretrizes recebem o que o papa Francisco aponta em sua exortação *Evangelii Gaudium* nos números 71, 72 e 75 ao referir-se às cidades: “culturas em contínuo processo de transformação, de recriação, onde coabitam angústias e buscas de apoio

e sentido para a vida, onde existem conflitos, mas também solidariedade, fraternidade, desejo de bem, de verdade, de justiça”. Em 2014, dirigindo-se aos participantes do Congresso Internacional de Pastoral das Grandes Cidades, Francisco alargou os horizontes da ação pastoral nas cidades: “é preciso ter a coragem de realizar uma pastoral evangelizadora audaz e sem receios, porque o homem, a mulher, as famílias e os vários grupos que habitam na cidade esperam de nós, e precisam dela para a sua vida, a boa notícia que é Jesus e o seu evangelho” (SISTACH, 2016, p. 441).

Acrescentam as Diretrizes:

se a realidade se manifesta embaçada, com dores que se apresentam como invencíveis, o discípulo missionário reconhece, testemunha e anuncia que o Senhor não está inerte, que Ele não nos abandonou à própria sorte. Pela força de seu Espírito, o Senhor Jesus se faz presente como a pequena semente que pode chegar a transformar-se numa grande árvore, como o punhado de fermento que leveda uma grande massa, e como a semente que cresce no meio do joio (n. 72).

Assim sendo, a ação evangelizadora, levando em conta a complexidade das cidades (cf. n. 27; 28; 30), é provocada a reconhecer a presença de Deus (cf. n. 46; 47) e o que ele está dizendo e fazendo (cf. n. 32), como bem observou o número 514 do *Documento de Aparecida*: “a fé nos ensina que Deus vive na cidade, em meio às suas alegrias, desejos e esperanças, como também em meio às suas dores e sofrimentos”. Porém, como toda realidade traz consigo ambiguidades e contradições, é necessário identificar as sombras que

negam o Reino de Deus, cabendo à Igreja um olhar prospectivo sobre a cultura urbana, a fim de que estabeleça com ela o diálogo e a ajude, por meio de seus valores e limites, a se abrir ainda mais ao Reino. A convocação ao diálogo é fundamental, levando em consideração que as marcas da mentalidade urbana são, em nossos dias, globais, mundiais e, ao mesmo tempo, diversificadas e plurais.

Chamando a atenção para a complexidade, a abrangência, as diferentes perspectivas na compreensão da presença da Igreja nas cidades e a partir das cidades, e evitando cair nas generalizações e nos reducionismos, as Diretrizes esclarecem e evidenciam o que entendem por ação da Igreja no mundo urbano. Entendem a cidade como o “encontro de estruturas físicas com relações humanas e sociais” (n. 29) e resgatam, do número 19 da *Evangelii Nuntiandi*, uma compreensão essencial no tocante à evangelização:

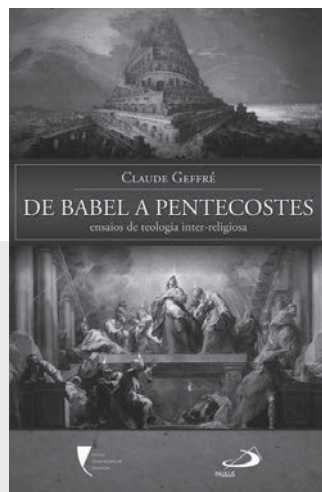
não se trata tanto de pregar o evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou a populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação (n. 48).

Em decorrência disso, é a partir das cidades que as Diretrizes olham para o mundo como um todo (cf. n. 28; 31; 32), não abandonando com isso o campo nem deixando de olhar para os ambientes que não estão diretamente nas cidades (cf. n. 10; 28; 46). Trata-se, ao contrário, de perceber que também eles estão marcados pela mentalidade urbana, com todas as consequências – humanas, éticas, sociais e ambientais, entre outras (cf. n. 31). Asseveram as Diretrizes que

De Babel a Pentecostes

Ensaio de teologia inter-religiosa

Claude Geffré



408 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Como indica no título, esta obra tenta esboçar o projeto de uma teologia inter-religiosa que reinterprete a singularidade cristã, levando em conta as sementes de verdade de que outras tradições religiosas podem dar testemunho.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“A MENTALIDADE GERADA E ALIMENTADA PELAS GRANDES CIDADES TRAZ CONSEQUÊNCIAS PARA O AGIR PASTORAL RUMO A UM ESTILO NOVO DE EVANGELIZAR.”

por detrás disso está o reconhecimento de que nosso mundo está cada vez mais se tornando urbano e isso acontece não só porque a maioria das pessoas tende a residir mais nas cidades que nos campos, como também e principalmente porque a mentalidade das cidades vai se espalhando sobre todos os demais espaços. O mundo se torna uma grande cidade, onde o viver se manifesta fortemente interligado e o estilo de vida das grandes cidades é capaz de influenciar até mesmo o mais distante ponto do planeta, principalmente em decorrência dos atuais meios de comunicação (n. 28; cf. n. 46).

2. Pensamentos, sentimentos, valores... O estilo de vida e a mentalidade da cultura urbana

O primeiro requisito básico para que a evangelização aconteça nas grandes cidades é conhecer a cidade (cf. n. 45; 49). As Diretrizes defendem a tese de que o mundo vai se tornando progressivamente mais urbano (cf. n. 28) não só porque as pessoas tendem a residir cada vez mais nas cidades, mas também porque o estilo de vida e a mentalidade desses ambientes se expandem para as demais regiões. Ninguém está fora do mundo das cidades, pois a mentalidade das cidades vai se espalhando sobre os demais espaços, trazendo, por isso, implicações para a ação evangelizadora, a qual é desafiada a perceber até que ponto esses ambientes estão marcados pela mentalidade urbana, com todas as suas consequências – humanas, éticas, sociais, ambientais, entre outras (cf. n. 47; 48). Assim, todas as iniciativas eclesiais e pastorais se voltam para as cidades, buscando compreender seu jeito de pensar, sentir e agir para nelas incidirem –

exigindo, por isso, que a ação evangelizadora seja pensada tendo em conta essa complexidade (cf. n. 45).

As grandes cidades geram e alimentam uma mentalidade (cf. n. 49-56) que traz consequências para o agir pastoral rumo a um estilo novo de evangelizar (a proposta de uma “Igreja em saída” do papa Francisco) e apresentam-se com estas características principais: como o local da individualidade, do consumo e do consumismo; do enfraquecimento das instituições e das tradições; da pluralidade cultural, ética, associativa e religiosa; da alta mobilidade; da aguda fragilidade de referências. Identificando tais características, que afetam o tempo e o espaço, busca-se, com base nelas, tomar conhecimento de que conteúdo as cidades são revestidas para que, em meio aos seus valores e limites, luzes e sombras, ambiguidades e contradições, se abram, ainda mais, ao Reino de Deus.

a) Individualidade. Se, por um lado, a pessoa possui em si uma dignidade irrenunciável e insubstituível, fruto da ação criadora de Deus, por outro, discernimos como sombra do mundo atual a afirmação do indivíduo em detrimento do convívio, da fraternidade e da comunhão. Valores como honestidade, integridade e abnegação correm o forte risco de se verem absorvidos pela mentalidade da autorreferencialidade e da autocontemplação, sem qualquer preocupação com o presente e o futuro.

b) Consumo e consumismo. As pessoas são avaliadas em virtude de sua capacidade de participar dos mecanismos do mercado, isto é, como efetivas consumidoras. Os bens e serviços são disponibilizados a quem tem condições de arcar com os respectivos custos, e tudo tende a ser feito para ser consumido,

esgotado e, conseqüentemente, substituído. O que se faz com os objetos acaba sendo transferido às relações humanas.

c) Pluralidade. Manifesta-se como luz à medida que permite à pessoa exercer o dom da liberdade e escolher em meio a múltiplas variáveis. Manifesta-se como sombra à medida que, diante de cada pessoa, são também colocadas possibilidades de escolha que conduzem não à vida, mas ao sofrimento e à morte. No tocante à pluralidade religiosa, essa realidade é luz à medida que abre possibilidade para que a experiência religiosa seja fruto de uma escolha livre e consciente e convoca pessoas e grupos ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso. Converte-se em sombra quando permite ao indivíduo tornar-se ele mesmo critério absoluto para a escolha de um caminho religioso; quando enseja interpretações da Palavra de Deus que se tornam fonte de posturas que o próprio Jesus desabonou; quando fundamenta preconceitos que chegam até a agressão física e a tentativa fanática de destruição, bem como formas de viver a fé marcadas pela violência.

d) Mobilidade. É luz enquanto permite o encontro entre modos diferentes de lidar com a vida, entre enfoques diversificados. No entanto, é sombra quando as pessoas são forçadas pelas circunstâncias a viver na rua, a migrar e a buscar refúgio longe de sua própria terra.

Resumindo, podemos, segundo as Diretrizes, dizer que as cidades são marcadas pelas lógicas do consumo e da individualização. Quanto maiores, menor a influência das instituições e da tradição sobre os indivíduos. As cidades são ambientes em que as pessoas são continuamente chamadas a escolher e optar, tanto em aspectos mais imediatos quanto nas questões mais profundas, diretamente ligadas ao sentido da vida. São locais onde se manifesta, ainda que de formas e graus diferentes, a tendência ao imediatismo, à diversificação e à fragmentação. A individualização consumista da vida está intimamente ligada às cidades e

traz como desdobramentos: a corrupção, atitude de quem só pensa em si, nos próprios interesses e ganhos, sem se importar com os rastros de abandono e sofrimento; o comércio de drogas, a violência e o esforço pela legalização da morte, dividindo as cidades em áreas controladas por poderes paralelos ao estado de direito; a pobreza, fonte de violência e de outras formas de sofrimento, como a crise de sentido, geradoras de desesperança, esgotamento existencial, depressão, suicídio. E tudo isso desencadeia a degradação do planeta e seus recursos (cf. n. 58-62).

3. A experiência comunitária nos primeiros lugares da agenda pastoral

Se, por um lado, nossa Igreja sofre o impacto do fenômeno urbano, por outro, a fé cristã reage ante os desafios do individualismo, do consumismo, da mobilidade, da momentaneidade, do pluralismo, da diversidade e da secularização (cf. n. 27). Diante disso, a interpelação: sentimo-nos interpelados a sair em missão, buscando responder a esses desafios, encontrar suas causas mais profundas e, em espírito de missão, trabalhar para a transformação da realidade, seja a diretamente urbana, seja a dos demais ambientes. E a missionariedade implica não se acomodar no interior das comunidades, protegendo-se do caos, mas, ao contrário, corajosa e alegremente, sair em missão, na certeza de que é melhor uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas do que uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças. A fé cristã, bem sabemos, é sempre uma fé com e em comunidade, onde ninguém se salva sozinho, isto é, como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças. Deus atrai-nos, no respeito à complexa trama de relações interpessoais que a vida numa comunidade humana supõe, e, por assim ser, a ação evangelizadora tem como um dos desafios sempre novos fortalecer as experiências de efetiva comunidade.

“A VIDA FRATERNA EM COMUNIDADES ABERTAS, ACOLHEDORAS E MISERICORDIOSAS É INDISPENSÁVEL PARA TESTEMUNHAR A VIVÊNCIA COTIDIANA DO AMOR FRATERNO.”

Diante da cultura urbana, as atuais Diretrizes têm como eixo central a “comunidade eclesial”, concebida como a “casa dos cristãos” (n. 4; 8; 144; 204). Refletindo as quatro dimensões das primeiras comunidades cristãs retratadas nos Atos dos Apóstolos, essa casa é sustentada por quatro pilares: 1) a iniciação à vida cristã e animação bíblica da pastoral; 2) a liturgia e a espiritualidade, 3) o serviço à vida plena para todos; 4) a missão. O eixo e os quatro pilares são retomados na perspectiva da conformação crescente e dinâmica à pessoa de Jesus Cristo, para que tenham a eficácia propiciada pela ação santificadora do Espírito Santo, pretendendo-se, desta forma, que as comunidades sejam “escolas de santidade” (cf. n. 133). Ou seja, com a vida fraterna das comunidades, com o testemunho de santidade de seus membros – o rosto mais belo da Igreja, pois reflete a santidade de Deus neste mundo –, com as obras de misericórdia, com a solidariedade com os sofredores, com a colaboração na construção de uma sociedade justa e pacífica e, sobretudo, com o anúncio explícito e incansável de Jesus Cristo, essa casa manifesta ao mundo a razão da própria esperança.

A vida fraterna em comunidades abertas, acolhedoras e misericordiosas é indispensável para testemunhar a vivência cotidiana do amor fraterno (cf. n. 7). É a base que sustenta a missão, pois a vitalidade do amor fraterno e o testemunho das obras de misericórdia dão suporte à credibilidade do anúncio missionário. Isso se deve ao fato de que, conforme descrito em At 12,1-5, as primeiras comunidades compreenderam a integração entre a vida comunitária e a ação missionária. Há, portanto, um vínculo indissociável entre missão e comunidade, “são como dois lados da mesma moeda” (n. 7), de modo que “a comunida-

de autêntica é necessariamente missionária e toda missão se alicerça na vida de comunidade e tende a gerar novas comunidades” (n. 7).

4. Ambiente humano de proximidade e de confiança: as pequenas comunidades

Acentuando a personalização da evangelização e da pastoral e levando em consideração que nossas paróquias (e seus grandes territórios paroquiais!) – jeito mais usual de viver a fé – nem sempre têm conseguido cumprir plenamente essa função, a ação evangelizadora necessita investir ainda mais no discipulado e na missionariedade (cf. n. 71). A formação de pequenas comunidades é apresentada pelas Diretrizes como prioridade da ação evangelizadora (cf. n. 36; 204). A escolha dessa prioridade se deve ao fato de que os ambientes urbanos pedem uma configuração na experiência da Igreja e, no contexto da atual cultura urbana, a “conversão pastoral se apresenta como desafio irrenunciável. Essa conversão implica a formação de pequenas comunidades nos mais variados ambientes” (n. 33). Daí a insistência para que essas pequenas comunidades e grupos sejam capazes de se articular, conseguindo que seus membros se sintam discípulos missionários de Jesus Cristo em comunhão (cf. n. 24).

Sabendo que a vocação ao discipulado missionário é convocação à comunhão e que não pode existir vida cristã fora da comunidade, o *Documento de Aparecida*, em seus números 179 e 180, indica que a concretização dessas pequenas comunidades favorece e oferece meios adequados para o crescimento na fé, na comunhão fraterna, para a missão de seus integrantes e para a renovação da vida nas cidades como “sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,16); a partilha de experiências, a mútua

ajuda e a inserção concreta nas mais variadas situações oferecem aos cristãos ambientes e meios para uma formação sólida, integral e permanente (cf. n. 82); nessas pequenas comunidades, os cristãos leigos e leigas, por meio da participação na vida da Igreja, do senso de fé, dos carismas, dos ministérios e do serviço cristão à sociedade, vivem sua vocação e sua missão, em comunhão e solidariedade. São lugares de crescimento na fé e de fidelidade a Jesus Cristo e a seu evangelho, vivendo na força de sua Palavra como verdadeiras comunidades de discípulos missionários que sejam casa da Palavra, casa do Pão, casa da Caridade, propiciadoras da iniciação à vida cristã, comprometidas com os pobres, abertas aos jovens, anunciadoras do evangelho da família, cuidadoras da Casa Comum e missionárias, de portas abertas para acolher a todos (cf. n. 84). Comunidades onde as pessoas possam fazer a experiência da comunhão fraterna, como em família, entre amigos, irmãos na fé, companheiros de jornada nas estradas da vida, peregrinando rumo à Pátria definitiva (cf. n. 121).

No mundo urbano, essas pequenas comunidades – que não são pequenas capelas ou comunidades no estilo paroquial tradicional – contam com a coordenação de leigos (cf. n. 86) e reúnem-se para a leitura orante da Palavra (recordando que a Palavra de Deus nos é dada precisamente para construir a comunhão, para nos unir na Verdade no nosso caminho para Deus) de modo que, escutando o Senhor, encontrem luzes para viver a fé, partilhando a vida e integrando-se à paróquia – comunidade de comunidades e movimentos – para viver a comunhão, vencendo o anonimato e a solidão e promovendo a mútua ajuda para o bem de todo grupo (cf. n. 84).

Observam as Diretrizes que “o importante é que elas não estejam isoladas e os ministérios, principalmente os de coordenação, com boa formação, ajudem-nas a se manterem em comunhão com a Igreja particular” (cf. n. 86; 87). Ou seja, “há diferentes formas

de a Igreja se expressar nas casas; todas, porém, precisam manter o vínculo de pertença a uma paróquia, que é uma parte da diocese que constitui, por sua vez, uma porção do povo de Deus, que é a Igreja” (cf. n. 34; 84; 129). Assim, a “reunião de todas as pequenas comunidades na grande comunidade paroquial, especialmente para a Eucaristia, é expressão visível da comunhão do corpo de Cristo que é a Igreja” (cf. n. 85). O texto das Diretrizes, em sua primeira versão, no n. 55 dizia que “nas Igrejas nas casas geralmente não se celebra a Eucaristia nem os demais sacramentos. Melhor é celebrá-la nos templos, para que seja expressão visível e sensível das comunidades, e deles com a Santíssima Trindade”. Entendendo a comunidade como uma rede que une as pessoas, em sua totalidade, no empenho por “constituir comunidades maduras na fé, conseqüentemente no humanismo autêntico, essa deve ser a meta das dioceses, paróquias, movimentos, comunidades novas, associações, serviços e famílias cristãs em todo o Brasil” (n. 128). Assim, tornando-se – nas palavras do papa Francisco – o lugar do encontro com Deus e com os irmãos e espaço de santificação, que “guarda os pequenos detalhes do amor, e na qual os membros cuidam uns dos outros e formam espaço aberto e evangelizador, é lugar da presença do Ressuscitado, que a vai santificando segundo o projeto do Pai” (n. 133).

5. Tirando do baú coisas novas e velhas

As reflexões acima foram nos mostrando que a comunidade cristã não existe como um fim em si mesma. Constitui-se para a missão, para ir em missão e para ser presença pública no mundo de hoje, como “sinal que aponta para sua presença no mundo para além da própria comunidade” (LIBANIO, 2001, p. 168). Pensando-a em vista do Reino, é preciso ter claro como articulamos a dimensão comunitária com a dimensão da presença pública da Igreja:

“A COMUNIDADE EXISTE PARA A PESSOA OU A PESSOA EXISTE PARA A COMUNIDADE?”

não é o Reino que se reduz à Igreja, mas a Igreja se volta para ele. Não se trata de trazer o mundo para dentro da Igreja, mas antes de ela perder-se no mundo, como fermento na massa. A comunidade é chamada a ser comunidade para ser enviada. Existe para ser ministra do plano de Deus no mundo. A verdadeira natureza da Igreja se realiza como missão (LIBANIO, 2001, p. 168).

Para efetivar a experiência de comunidade, é indispensável compreender o verdadeiro motivo de estarmos juntos na comunidade cristã. Estamos juntos em comunidade para a missão e para a melhor internalização dos valores do Reino. A comunidade não é vista em termos narcisistas, pois não nos reunimos por nossa causa, mas pelo Reino de Deus. A “orientação aos valores nos tira do fechamento egoísta, tornando-nos superiores às rivalidades e aos jogos feitos de alianças utilitaristas e defensivas; abertos a todos, não monopolizamos ninguém” (MANENTI, 1985, p. 19). Neste sentido caminham as Diretrizes, deixando claro que missão e comunidade, em Jesus Cristo, são como “dois lados da mesma moeda, não podendo-se separar a vida em comunidade da ação missionária, como se uma só dessas dimensões bastasse. Alicerçar a mentalidade missionária como um ambiente natural da vida comunitária deve ser a meta das comunidades cristãs”.

Essa conduta é condizente com o evangelho e, nesse sentido, a comunidade cristã só cresce se em cada uma das pessoas existir a capacidade de internalizar os valores evangélicos, transformando as relações comunitárias em “amor oblativo-desinteressado; conduzir-nos reciprocamente, não apenas um em direção

ao outro, mas em direção à aliança com Deus e a seguir Cristo” (MANENTI, 1985, p. 20).

Tal convicção ajuda a corrigir ambiguidades e perspectivas limitadas de vida comunitária não condizentes com a proposta evangélica, as quais impedem que os valores em que se acredita se tornem também valores vividos. Vive-se sempre o dilema: a comunidade existe para a pessoa ou a pessoa existe para a comunidade?

A primeira dessas perspectivas limitadas é o que se denominou de “comunidade de observância”. Aqui a “diretiva básica que guia tudo é que as necessidades dos indivíduos são subordinadas e adaptadas às da comunidade. O importante é que cada um cumpra os papéis que lhe são atribuídos e haja acordo entre eles. A preocupação é garantir a unidade, mesmo às custas das diferenças das identidades pessoais” (MANENTI, 1985, p. 9). As pessoas estão subordinadas às exigências comunitárias. Estas criam uma “pseudomutualidade, um sentido muito forte de filiação, uma coesão de grupo aparentemente robusta, uma comunidade que parece perfeita, toda estruturada, com um papel para cada um, e o mesmo ideal de fundo aparentemente compartilhado” (MANENTI, 1985, p. 10). Nas comunidades de observância, anulam-se as diferenças e as identidades pessoais são vistas sempre como “ameaças ao sistema” (MANENTI, 1985, p. 10), desencadeando a insatisfação, pois “a experiência de controle e de dominação gera um clima de insegurança e mal-estar” (OLIVEIRA, 2013, p. 25), frutos da “falta de flexibilidade e compreensão” (OLIVEIRA, 2013, p. 24), cabendo aos membros da comunidade cumprir o que é estabelecido, sob pena de serem punidos e rejeitados. É a comunidade que vai premiar os

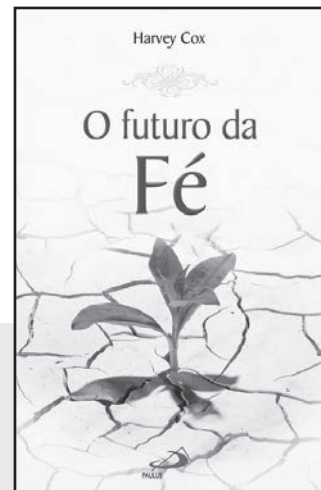
bons e castigar os maus. Seus membros não transcendem nos valores evangélicos, mas estão sempre preocupados em buscar justificativas e escapatórias.

Outra perspectiva distorcida da vida em comunidade é denominada de “comunidade de autorrealização”, uma vez que o destaque é dado ao indivíduo, que se utiliza da comunidade como um espaço para que se realize e veja atendidas suas necessidades. “A comunidade funciona se tornar felizes seus membros. O valor supremo é a diferenciação da identidade dos indivíduos, o respeito da individualidade custe o que custar” (MANENTI, 1985, p. 11). Se é positivo o fato de a pessoa ser valorizada em suas potencialidades, por outro lado, com o passar do tempo, essa individualidade se torna individualismo narcisista e as relações com os demais são instrumentalizadas, pois as pessoas valem ou são descartadas conforme o interesse pessoal. Geram-se aqui atitudes meramente “utilitaristas e mecanicistas” (RUBIO, 2006, p. 38); tais comunidades são apenas “comunidades-cabides”. Nelas, “tudo é superficial, transitório, sem responsabilidades e sem ética. Talvez a ética imperante aqui seja a ética utilitarista: vale o que é bom para o indivíduo. Isso porque os laços nessas comunidades são vínculos sem consequências, são laços carnavalescos, ou seja, eles nunca são levados para casa, para a vida cotidiana” (OLIVEIRA, 2013, p. 29). Aqui emerge a figura do freguês e do cliente religioso. Tais figuras “expressam um tipo de relacionamento que, predominantemente, busca benefícios aqui e acolá, sem, contudo, assumir o compromisso com a comunidade; não se encaixam na autêntica experiência cristã [...] e se fica no nível do imediatismo de resultados, ao estilo da teologia da prosperidade” (AMADO, 2010, p. 86-87).

As Diretrizes, mais uma vez, ao lembrar que a comunidade autêntica é necessariamente missionária e que toda a missão se ali-

O futuro da fé

Harvey Cox



296 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Que configuração a fé cristã deverá assumir no século XXI? Em meio ao ritmo acelerado das mudanças globais e diante de um aparente ressurgimento do fundamentalismo, o cristianismo ainda poderá sobreviver como uma fé viva e fecunda? Com seu estilo rico e acuidade acadêmica, Cox explora essas e outras questões num livro que é, ao mesmo tempo, autobiográfico, comentário teológico e história da Igreja.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

cerça na vida comunitária e tende a gerar novas comunidades, mostra que o melhor ponto de partida para o fato de estarmos juntos em comunidade é este: “a comunidade é para os valores; é um lugar que serve para internalizar melhor os valores do Reino. A comunidade se torna o lugar da transcendência. O objetivo da comunidade não é o fato de estar juntos, e sim estar junto para aprofundar o engajamento vocacional e construir o Reino de Deus. A comunidade é eficaz na medida em que favorece a autotranscendência, colocando cada pessoa diante de valores livres e objetivos” (MANENTI, 1985, p. 12). O que outrora nos disse o citado autor está em sintonia com o que as Diretrizes nos lembram, tendo como pano de fundo as primeiras comunidades cristãs:

não bastava fazer parte da comunidade, era necessário promover outro tipo de relacionamento entre as pessoas, tornando-as mais fraternas. [...]. Ali havia uma reciprocidade que se caracterizava pela solidariedade e acolhida de todos. [...]. O estilo de vida cristão não tinha como finalidade o isolamento, mas a responsabilidade de favorecer um testemunho capaz de atrair outras pessoas para o Caminho (n. 77).

A força não era a comunidade por si mesma, mas os valores que nela estavam presentes, sendo necessário que cada pessoa os internalizasse, pois o “sim” a uma vida de acordo com o Reino é sempre um “sim” pessoal, que nunca pode ser delegado a terceiros. Foi isso que, segundo as Diretrizes, deu credibilidade àquelas comunidades e dará credibilidade às nossas diante da complexidade urbana e da mudança de época:

a credibilidade da comunidade se embasava no seu testemunho de comunhão, expresso na fidelidade ao ensinamento dos

apóstolos, na liturgia celebrada, na diáconia da caridade fraterna, na martíria da fé e da esperança. Enfim, na mistagogia da autêntica vida cristã que se fazia missão, profecia e serviço.

CONCLUSÃO

As *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019-2023)*, uma vez discutidas e aprovadas, tornam-se diretrizes para todos. Desejam ser uma resposta aos desafios que emergem de nosso tempo. Cada Igreja particular, visibilizando essas Diretrizes mediante o planejamento e planos pastorais, buscará traduzir essa proposta na vida das comunidades, concretizando suas indicações; acompanhando os ritmos das cidades, a ação evangelizadora tem de descobrir nelas a presença de Deus e ajudá-las a se conformarem à experiência proposta pela Igreja, isto é, a constituir comunidades que vivem na solidariedade, na fraternidade, no desejo do bem, da verdade, da justiça.

Estimulam-nos e encorajam-nos nesta caminhada as já citadas palavras do papa Francisco: “é preciso ter a coragem de realizar uma pastoral evangelizadora audaz e sem receios, porque o homem, a mulher, as famílias e os vários grupos que vivem na cidade esperam de nós, e precisam dela para a sua vida, a boa notícia que é Jesus e seu evangelho”. E, no contexto da cultura urbana, essa pastoral evangelizadora e audaz implica a formação de comunidades, nos mais variados ambientes, para que sejam casas da Palavra, do Pão, da Caridade e abertas à missão.

Por fim, cabe esperar que a necessidade de ação evangelizadora supere a tentação da pastoral da massificação. Os apelos das grandes cidades exigem “clara opção pastoral pelo desenvolvimento de uma fé pessoal-comunitária, no polo oposto do individualismo narcísico [...], preocupada, acima de tudo, com o crescimento da fé pessoal-comunitária de cada pessoa” (RUBIO, 2006, p. 219-220),

mediante comunidades reais que procuram viver a evangelização, a diaconia, a *koinonia* e a celebração comunitária da fé.

Comunidades reais que, conforme as indicações das Diretrizes, tomam a iniciativa de procurar as pessoas necessitadas da alegria da fé; buscam o envolvimento com sua vida diária e seus desafios; promovem o acompanhamento paciente em seu caminho de crescimento da fé; incentivam o reconhecimento dos frutos, mesmo que imperfeitos; compartilham a alegria da festa em cada pequena vitória. Igualmente, precisamos formar comunidades que acolham o pedido do papa Francisco, sendo Igreja em saída para percorrer as periferias geográficas e existenciais com a disposição para trilhar um cami-

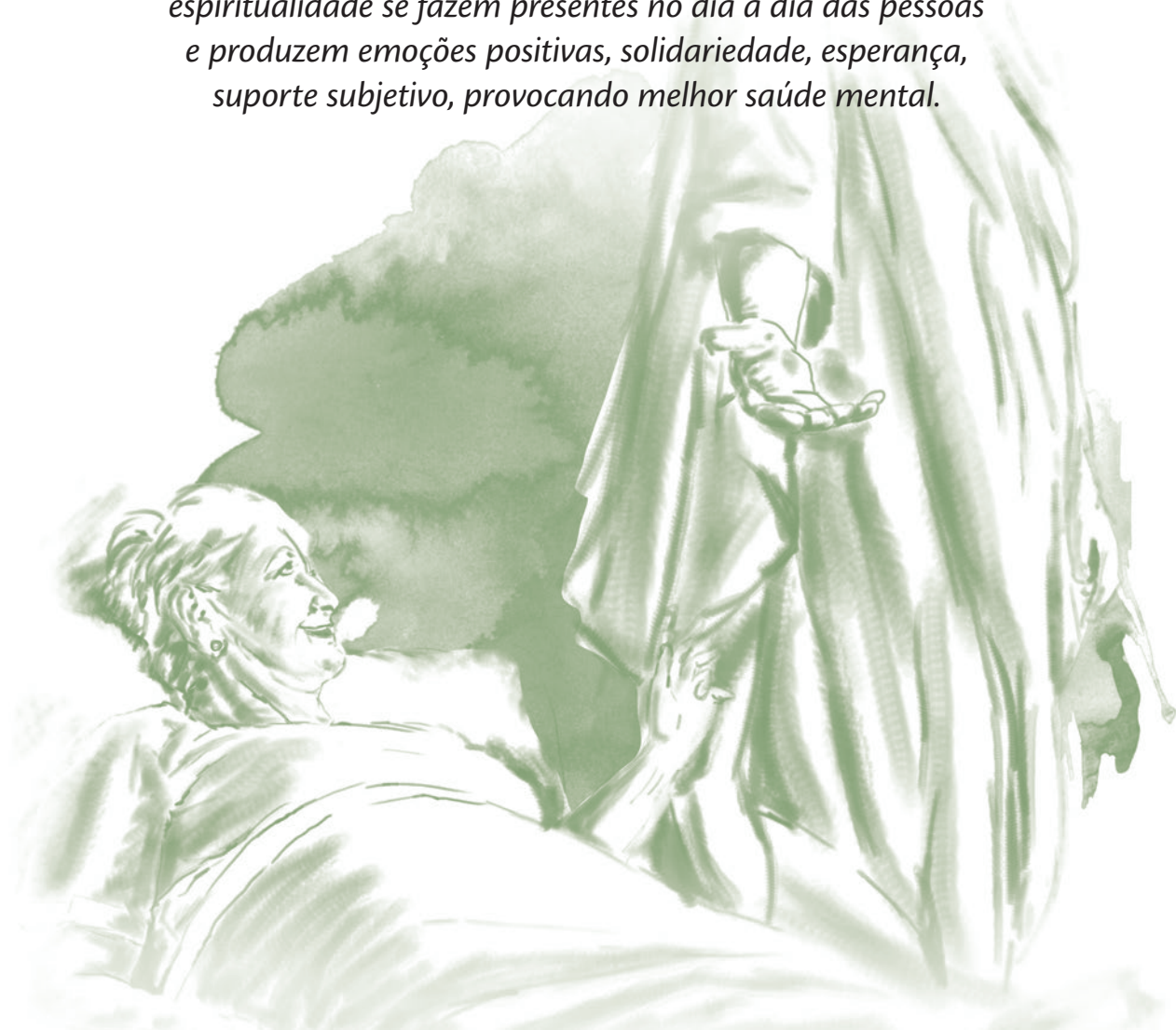
nho de discernimento espiritual, buscando a verdade do evangelho e o bem possível não como meros aplicadores rígidos da lei, mas sendo capazes de acompanhar, discernir e integrar as fragilidades humanas na promoção da cultura da vida em toda a realidade urbana, enfrentando os desafios da violência, da moradia, da população em situação de rua, da população encarcerada, dos migrantes e refugiados, das crianças e dos idosos, da juventude e da família, do mundo do trabalho, da educação, da saúde, do transporte, do ambiente acadêmico universitário, da ciência, da tecnologia, dos meios de comunicação social e da ecologia integral. Toda essa “riqueza vivida sempre em comunhão com a Igreja” (RUBIO, 2006, p. 220). **VP**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Joel Portella. Cidade, território e evangelização. O desafio de gerar comunidades em ambientes de mobilidade, individualidade e adesão seletiva. In: BRIGHENTI, Agenor (Org.). *Pastoral urbana: categorias de análise e interpelações pastorais*. Brasília: CNBB, 2010, p. 65-88.
- _____. Igreja e grandes cidades: estado atual da questão. In: BRUSTOLIN, Leomar Antônio; FONTANA, Leandro Luis B. (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho. A conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 180-183.
- BRUSTOLIN, Leomar Antônio; FONTANA, Leandro Luis B. (Org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho. A conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*. São Paulo: Paulus, 2018.
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010*. Brasília: CNBB, 2008.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015*. Brasília: CNBB, 2011.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: CNBB, 2015.
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*. Versão 3/2019, fotocópia.
- COMBLIN, José. *Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Os desafios da cidade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2002.
- LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MANENTI, Alessandra. *Viver em comunidade: aspectos psicológicos*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- OLIVEIRA, José Lisboa M. *Viver em comunidade para a missão: um chamado à vida religiosa consagrada*. São Paulo: Paulus, 2013.
- RUBIO, Alfonso Garcia. *Evangelização e maturidade afetiva*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SISTACH, Luís Martinez (Org.). *A pastoral nas grandes cidades*. Brasília: CNBB, 2016.

A religiosidade e a espiritualidade como promotoras de saúde mental

A interação entre religiosidade/espiritualidade e o processo saúde-doença se faz de longa data, pois há relatos muito antigos em que divindades promoviam o aparecimento de doenças e a elas se recorria para a cura. Este breve texto evidenciará que a religiosidade/espiritualidade se fazem presentes no dia a dia das pessoas e produzem emoções positivas, solidariedade, esperança, suporte subjetivo, provocando melhor saúde mental.



*Pe. Arilço Chaves Nantes pertence ao clero da Diocese de Naviraí-MS. Doutorando em Psicologia pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (Uces) de Buenos Aires, Argentina. Possui experiência na área de Teologia Prática com ênfase em Teologia do Aconselhamento. Como pesquisador, tem interesse em temas como: religião, religiosidade, espiritualidade, saúde mental e suas interfaces com a psicologia.

E-mail: arilcosophos@gmail.com

Introdução

Quando as sociedades são analisadas em seus primórdios desde o paleolítico, com a domesticação do fogo bem como com o “enterro dos corpos, pinturas rupestres, mitos e ritos dos povos caçadores, crenças na possibilidade de uma outra vida, encontramos a dimensão religiosa lado a lado com o ser humano” (LUCHETTI, 2011, p. 55).

A religiosidade está presente na história humana desde o início, pois o homem primitivo, com o “culto do urso” e o “culto do crânio”, há cerca de 600 mil anos, já mostrava “lampejos de uma dimensão espiritual que motivava seus rituais, indicando que o fenômeno religioso sempre foi um dos grandes instrumentos de sentido” (RIBEIRO, 2014, p. 11).

Na compreensão de Moreira-Almeida (2010), ao longo da história ocidental, pelo menos desde a Grécia antiga, a exploração filosófica e científica tem se mostrado possível. Ainda que por vezes tensas, na maior parte do tempo as relações entre essas duas instâncias geralmente foram neutras ou harmônicas, havendo apoio e estímulo a pesquisas por parte das instituições religiosas.

O reconhecimento da dimensão espiritual também é muito enfatizado, principalmente nos momentos de maior sofrimento, presentes no que conhecemos como cuidados paliativos, definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como cuidados ativos totais de pacientes cuja doença não responde mais ao tratamento curativo, sendo prioritário o controle da dor e a atenção a outros sintomas de ordem psicológica, social e espiritual e buscando produzir sensação de alívio, conforto, calma e outras vivências análogas.

De acordo com as pesquisas de Campos (2011), pessoas com maior nível de espiritualidade enfrentam as mesmas dificuldades, porém, na maioria das vezes, vivem mais e melhor e no momento da morte não se encontram desesperadas ou angustiadas, porque encontraram um sentido para tal realidade-limite.

De acordo com Esperandio (2014), vivências religiosas/espirituais tendem a produzir experiências subjetivas positivas que colaboram no enfrentamento de depressão, ansiedade, pânico, hipocondria, tentativas de suicídio, doenças crônicas, enfermidades debilitantes, além de serem fatores de prevenção para o desenvolvimento de infarto, derrame, câncer, doenças autoimunes, diabetes, hipertensão, doenças reumatológicas e ósseas, entre outras.

1. Religiosidade/espiritualidade e suas influências positivas para a saúde mental

A OMS, desde a década de 1980, incluiu o domínio religiosidade, espiritualidade e crenças pessoais para avaliar a qualidade de vida e seus impactos na saúde, visando perceber se e como as crenças pessoais afetavam a qualidade de vida e como o indivíduo utilizava suas crenças em momentos de sofrimento.

Um dos objetivos de suas pesquisas foi identificar se as crenças religiosas contribuíam para a elaboração de um sentido, para a sensação de bem-estar e de força. Tal hipótese foi testada com a ajuda de um instrumento avaliatório (WHOQOL-100) que trazia quatro questões:

- a) Suas crenças pessoais dão sentido à sua vida?
- b) Em que extensão você sente um significado em sua vida?
- c) Em que extensão suas crenças pessoais dão-lhe forças para enfrentar dificuldades?
- d) Em que extensão suas crenças pessoais ajudam-no a entender as dificuldades na vida?

Com base nessa pesquisa transcultural, realizada em várias partes do mundo, notou-se que o fenômeno religioso não se mostrou apenas um suporte social, mas uma experiência de inclusão no cosmo, trazendo a sensação de conforto, de bem-estar subjetivo, a presença de um propósito maior de vida, entre outros benefícios.

“O FENÔMENO RELIGIOSO SEMPRE FOI UM DOS GRANDES INSTRUMENTOS DE SENTIDO.”

Conforme Baltazar (2003), as vivências de religiosidade/espiritualidade propõem determinada visão de mundo, de sociedade, conduzindo o pensamento dos indivíduos em direção a uma construção de sentido para suas experiências por meio dos símbolos religiosos.

Vemos então que a dimensão religiosa gera uma compensação simbólica consoladora, impõe-se como uma forma de resistência simbólica oculta, silenciosa, atuante, provedora de sentido numa existência constantemente ameaçada.

O último Censo demográfico de 2010, no quesito religião e pertença religiosa, indicou que 92% da população brasileira declarou pertencer a alguma religião ou a outras religiosidades não especificadas, o que comprova a significativa presença da religiosidade na vida dos brasileiros.

A religiosidade influencia o modo como as pessoas lidam com situações de estresse, sofrimento e problemas vitais, proporcionando-lhes maior aceitação, firmeza, adaptação a situações difíceis de vida e conferindo-lhes paz, autoconfiança e uma imagem positiva de si mesmas.

Religiosidade e espiritualidade têm a ver com experiência, não com dogmas, normas, costumes. De fato, ainda que tais práticas favoreçam a vivência da religiosidade, de certa maneira nasceram da espiritualidade, mas não são a espiritualidade, pois esta é percebida como busca pessoal por questões fundamentais sobre a vida, sobre o significado, sobre a relação com o sagrado ou sobre a transcendência.

Religiosidade e espiritualidade frequentemente são consideradas importantes aliadas das pessoas que sofrem ou estão doentes. Estudos de Freitas (2014), por exemplo,

afirmam que pacientes mais religiosos apresentam melhores desfechos clínicos que os que não praticam uma religião. Atualmente, existem diversos instrumentos para avaliá-las em pesquisas científicas, e sua conceituação se mostra, portanto, pertinente.

2. Religiosidade/espiritualidade e psicologia: uma longa história de relações e interações

Conforme afirma Baltazar (2003), não se pode desconsiderar que pioneiros da psicologia e da psiquiatria como William James, Wilhelm Wundt, Sigmund Freud, Carl Gustav Jung, Pierre Janet, Gordon Allport e Stanley Hall interessaram-se pelo comportamento religioso e realizaram estudos desse comportamento.

Também é preciso reconhecer que houve casos de interpretação espiritual ou religiosa para problemas de percepção ou de comportamento, alusivos à influência de demônios ou de outros espíritos nas atividades cotidianas, bem como de esclarecimentos religiosos para problemas psicológicos como culpabilidade, principalmente no campo da sexualidade, problemas esses não poucas vezes alimentados por doutrinas ou líderes religiosos despreparados ou com pouco conhecimento sobre o assunto.

Para William James, pioneiro da psicologia, “espiritualidade poderia ser o conjunto de sentimentos, sensações, atos, experiências de um indivíduo em contato com ele próprio, em relação com o que ele considera divino” (SALGADO, 2008, p. 287).

Mesmo que haja várias definições sobre espiritualidade, todas têm alguns elementos em comum: sensação de conexão com outros indivíduos, com a transcendência,

relação com o universo por meio da vida, propiciando uma sensação de paz, alívio e bem-estar interior.

A espiritualidade encoraja um estilo de vida saudável na medida em que estimula hábitos de promoção de saúde relacionados à boa alimentação, à lida com frustrações, à moderação na ingestão de bebidas e no comportamento sexual, à restrição do uso de fumo e de drogas.

As pesquisas de Vasconcelos (2010) apontaram que a visão religiosa continua presente em todos os estratos sociais como parte importante da compreensão do processo saúde-doença, para o enfrentamento das crises pessoais e familiares que acompanham as doenças mais graves.

Temos nessa constatação aquilo que, pelo senso comum, já se cogitava, ou seja, que práticas religiosas tornam a vida mais suportável, capaz de ser levada adiante apesar das adversidades, proporcionando-lhe certo sentido e significado.

A religiosidade pode propiciar à pessoa maior aceitação, firmeza, adaptação a situações difíceis, gerando paz, autoconfiança e uma imagem positiva de si mesma.

Embora seja do conhecimento de todos que a psicologia é uma ciência laica, mesmo assim religiosidade e espiritualidade podem ser objeto de seu estudo, o que não é o mesmo que dizer que a psicologia adota pressupostos religiosos em seus modos de significar o mundo, a condição humana e as relações sociais.

A possibilidade de associar tratamento psicológico com a espiritualidade não significa que os profissionais de saúde devam se tornar uma espécie de catequistas, “mas apenas apoiar, encorajar crenças e práticas que já estão direcionadas pelo paciente, não lhes cabendo introduzir novas crenças ou encorajando práticas estranhas” (KOENIG, 2005, p. 14).

Sendo assim, caberá ao psicólogo apenas nutrir e encorajar a fé do paciente – qualquer

Narrativas místicas

Antologia de textos místicos da história do cristianismo

Maria Clara Bingemer e
Marcus Reis Pinheiro (org.)



448 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

Parte da coleção Amantes do mistério, este é um volume fundamental para os estudos da mística no Brasil. Ele coloca ao alcance do leitor brasileiro textos essenciais de místicos cristãos, desde os primórdios do cristianismo até os dias de hoje. A obra preenche uma lacuna nas pesquisas sobre o contato com o mistério divino, familiarizando o leitor com a biografia e com os escritos originais dos místicos mais importantes da história cristã.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

que ela seja –, se for recrutado para tal feito, deixando-se guiar o tempo todo pelo desejo do paciente, caso haja.

O motivo pelo qual se pode confirmar que práticas religiosas influenciam a vida e a saúde das pessoas é o fato de que as religiões, por meio de seus dogmas e doutrinas, orientam seus membros no que diz respeito a questões de saúde, doença, morte, promoção e conservação da vida, recuperação, bem-estar físico e emocional.

Considerações finais

Conforme Abdala (2013), há indícios de que a religiosidade/espiritualidade atuam como fortíssimo recurso interno para lidar com perdas e sofrimentos, constituindo, portanto, ferramentas capazes de oferecer sentido, segurança e orientação. Os pesquisadores dessa temática afirmam que as crenças dos pacientes são poderosos determinantes de seu grau de saúde e o desejo de ser saudável influencia diretamente os estados físicos, sociais, psíquicos e espirituais das pessoas.

Com base em Koenig (2005), um dos maiores estudiosos sobre a temática da religiosidade/espiritualidade e seus impactos na saúde física e mental, é inegável que a religião pode levar a maior bem-estar, dando significado e propósito à vida, pois, apoiados em crenças e práticas religiosas, os indivíduos têm níveis significativamente maiores de satisfação com a vida, autoestima, otimismo, sendo mais propensos a redimensionar seus valores e ressignificar o sentido da existência.

Segundo Dalgallarrondo (2008), a presença do elemento religioso no modo de construir, enfrentar e vivenciar o sofrimento mental ajuda as pessoas a enfrentar situações de estresse, ficando clara a estratégia do *coping* religioso-espiritual. *Coping* é uma palavra inglesa, sem tradução literal em português, cujo verbo de origem significa “lidar com”, “manejar”, “enfrentar” ou “adaptar-se”.

As relações entre espiritualidade, saúde e vida mais saudável, para Vanderlei (2010), têm sido objeto de interesse em diversos estudos no sentido de provar que as crenças e o seu cultivo fazem bem à saúde, ajudam as pessoas a viver mais e geram maior qualidade de vida.

Vivências de religiosidade/espiritualidade ajudam muito, pois as pessoas sentem que há uma presença, força ou energia que lhes envolvem e acompanham. Tal sensação cria uma atmosfera de proteção e de força para vencer as adversidades, possibilitando sentido, conforto e inclusão.

Na opinião de Fleck (2003), vivências religiosas geram grande influência sobre a saúde física, sendo consideradas como possível fator de prevenção do desenvolvimento de doenças, além de fator de eventual redução de óbitos ou impactos de diversas doenças.

Para Koenig (2005), de modo geral, todas as religiões possuem orientações que apresentam uma visão positiva do mundo presente, como a vida após a morte, e a experiência religiosa/espiritual tende a gerar esperança de que coisas boas podem surgir de qualquer situação difícil e de que todas as coisas são possíveis. **VP**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, Gina Andrade. *Religiosidade e qualidade de vida relacionada à saúde de idosos: estudo populacional na cidade de São Paulo*. Tese (doutorado) Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- BALTAZAR, Danielle Vargas Silva. *Crenças religiosas no contexto dos projetos terapêuticos em saúde mental: impasse ou possibilidade?* Dissertação (mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2003.
- CAMARGOS, Mayara Goulart de. *Avaliação da espiritualidade/religiosidade e associação com a qualidade de vida de pacientes com câncer e de profissionais de saúde de um hospital oncológico*. Barretos, 2014.
- CAMPOS, Alysson Silveira. *Saúde e Espiritualidade: o segredo para o perfeito bem estar*. Editora Dracena. São Paulo. 2011.

COSTA, Fabiane Bregalda. *Espiritualidade, religiosidade e qualidade de vida em idosos*. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Biomédica) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Instituto de Geriatria e Gerontologia. Porto Alegre, 2012.

DALGALARRONDO, Paulo. *Religião, psicopatologia e saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. *Teologia e a pesquisa sobre Espiritualidade e Saúde. um estudo piloto entre profissionais da saúde e pastoralistas*. Horizonte, Belo Horizonte, V. 12, n° 35, p. 805-832, Jul./Set. 2014.

FLECK, Marcelo Pio da Almeida; BORGES, Zulmia Nenlands; BOLOGNESI, Gustavo; ROCHA, Neusa Cica da. Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. *Rev. Saúde Pública*. 37(4):446-55, ago. 2003.

FREITAS, Marta Helena de. Religiosidade e saúde: experiências dos pacientes e percepções dos profissionais. *Rev. Pistis & Praxis, Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 89-105, jan./abr. 2014.

KOENIG, Harold G. *Espiritualidade no cuidado com o paciente. Por que, como, quando e o que*. São Paulo: FE, 2005.

_____. Religião, espiritualidade e transtornos psicóticos. *Rev. Psiq. Clín.* 34, supl. 1, p. 95-104, 2007.

LUCCHETTI, Giancarlo. Espiritualidade e doenças cardiovasculares. *Ponto de Vista. Rev. Bras. Cardiologista*, v. 24, n. 1, p. 55-57, 2011.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. O crescente impacto das publicações em espiritualidade e saúde e o papel da Revista de Psiquiatria Clínica. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37(2), 41-42, 2010.

RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages. *Religião, prevenção à violência e recuperação e reabilitação de pessoas: um estudo em Manguinhos*. Tese (doutorado). ENSP, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

SALGADO, Mauro Ivan; FREIRE, Gilson Teixeira (Org.). *Saúde e espiritualidade: uma nova visão da medicina*. Belo Horizonte: Inede, 2008.

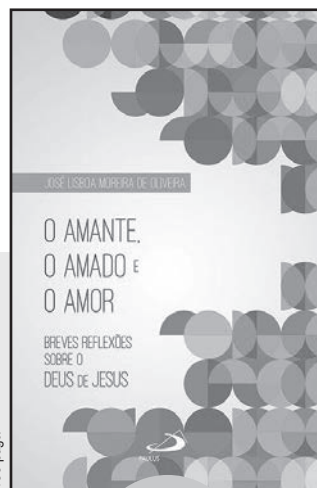
TEIXEIRA, Francisco Evilázio Borges; MÜLLER, Marisa Campio (Orgs.). *Espiritualidade e saúde*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

VASCONCELOS, Mourão Eymard. A associação entre vida religiosa e saúde: uma breve revisão de estudos quantitativos. *Reciis*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 12-18, set. 2010.

O Amante, o Amado e o Amor

Breves reflexões sobre o Deus de Jesus

José Lisboa Moreira de Oliveira



Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

“Será um Deus cristão o Deus dos cristãos?” Partindo dessa questão, o autor aborda a identidade do Deus dos cristãos e as repercussões disso no convívio social, reflete sobre a revelação dessa identidade divina, investiga como se deu a formulação da doutrina trinitária ao longo da história do cristianismo e nos ajuda a entender o monoteísmo trinitário. Por fim, analisa a mística trinitária, uma vez que é impossível falar do Deus dos cristãos se não se vive uma intensa intimidade com ele, se não se aceita o seu convite para viver numa profunda comunhão com ele.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

Uma palavra sobre “ideologia de gênero” à luz da fé cristã

Algo a ser considerado do ponto de vista cristão sobre a sexualidade humana é a pessoa como espírito encarnado e, por isso, sexuado: a diferenciação sexual correspondente ao desígnio divino sobre a criação, em toda a sua beleza e plenitude: “Ele os criou homem e mulher” (Gn 1,27); “Deus, vendo toda sua obra, considerou-a muito boa” (Gn 1,31).

*Pe. Lino Batista de Oliveira é presbítero da Diocese de Apucarana-PR, doutor em Filosofia (Ética) pela Universidade Santo Tomás (Roma, Itália), professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e do Seminário de Filosofia da Diocese de Apucarana (IFA) e avaliador do MEC. E-mail: lino.batista326@gmail.com

Introdução

Nem sempre o conceito “gênero” foi aplicado às pessoas; é relativamente nova a ideia de ligá-lo à pessoa humana, o que ocorreu somente após a década de 1950, uma vez que, até esse período, era aplicado somente ao campo da linguística, mais especificamente ao da gramática. Após 1950, o conceito é apropriado pelos sexólogos, passando a ter novo sentido, agora ligado ao conceito filosófico-teológico de pessoa.

Aproveitando a ligação estabelecida pelos sexólogos, as feministas, na década de 1970, utilizando-se do termo, referem-se a ele como “sexo social” da pessoa, criando e estabelecendo uma diferença entre “sexo biológico” e “sexo social”. Entre os argumentos para essa distinção, inclui-se a ideia de superação das injustiças para com as mulheres, cujas raízes se vinculam a estereótipos sexuais. Trata-se de dizer que muito da desigualdade entre homens e mulheres está relacionado à maneira como foi construída a distinção dos gêneros.

Para os que pensam o gênero como uma construção cultural-social, a natureza biológica sexual não pode ser considerada um fator determinístico para a construção do gênero, pois gênero é questão de escolha, uma vez que é pelas escolhas pessoalmente realizadas que vai se estabelecendo um sentido para a vida. Trata-se de considerar o gênero como um papel social escolhido pelo indivíduo, o que ocorre por construção e interação com o seu meio sociocultural.

Para enfrentar a discussão sobre gênero, que consiste na ideia de que os seres humanos nascem iguais, sendo a definição do masculino e do feminino um produto histórico-cultural desenvolvido tacitamente pela sociedade, esta reflexão estabelece primeiramente a construção do conceito de gênero, buscando sua origem e desenvolvimento. Em seguida, busca entender o significado da categoria “ideologia de gênero” com base no pensamento de Firestone e Butler. Por fim, à luz da antropologia cristã, traz elementos



que possam contribuir para o entendimento sobre as consequências e o que significa, para o próprio ser da pessoa, tratar o feminino e o masculino como uma construção cultural-social, e não mais biológico-natural.

1. A construção do conceito de gênero

Em termos gramaticais, o conceito “gênero” é de origem inglesa (*gender*). É utilizado pela primeira vez por pensadores americanos ligados à psicologia, na década de 1960, para designar uma “ideia de gênero”, independentemente do corpo. Segundo Carvalho (2011), esses psicólogos estavam em busca de entender as pessoas como “sexo ambíguo”, ou seja, como seres que apresentavam as características tidas como do sexo masculino e do sexo feminino no mesmo corpo. Como consequência do estudo, surge a dicotomia entre o conceito de sexo e o de gênero. Sexo se vinculando à biologia, ao físico, ao corpo, abraçando amplamente a dimensão da materialidade. Enquanto gênero aparece rela-

cionado à cultura, à construção humana, ao social e à convencionalidade. Gênero como um produto do trabalho da cultura humana sobre a biologia, originando um homem ou uma mulher (HARAWAY, 2004, p. 201-246).

Não obstante a importância das diferenças apresentadas pela via da psicologia, figurará, de maneira muito relevante, o conceito de gênero pensado por Simone de Beauvoir, que, em sua obra *O segundo sexo* (1949), expõe suas ideias argumentando que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9-10).

Em sua forma de pensar, Simone de Beauvoir faz questão de deixar claro que

“DISCUTIR IDEOLOGIA DE GÊNERO SE FAZ NECESSÁRIO PELO ALCANCE DA DISCUSSÃO, POIS NÃO SE TRATA SIMPLEMENTE DA DISCUSSÃO DAS MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS E VALORATIVAS, MAS DE UMA ‘TRANSIÇÃO DE PARADIGMA.’”

o ser do homem e, especialmente, o ser da mulher não passam de uma construção social. Ao negar a conformidade biológica, ela nos leva à conclusão de que não nascemos nem homens nem mulheres, mas apenas do sexo masculino e feminino, sendo o restante uma construção social. Nessa perspectiva, gênero é construção, sexo é determinismo.

2. Entendendo a categoria “ideologia de gênero”

Há muitas maneiras de definir ideologia de gênero. Uma delas é tratá-la como um conjunto de ideias utilizadas para explicar o ser homem ou mulher, já não como determinação biológica, mas como produto da cultura. Os que pensam ideologia de gênero, pelo menos a maioria, afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida. Sendo assim, quando se fala de homem e mulher, está-se apenas falando de papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas.

O que se percebe, por parte dos ideólogos de gênero, é um ir além daquilo que os movimentos feministas clássicos tinham como objetivo, pois, enquanto as feministas clássicas trabalhavam a ideia de direitos iguais, as teorias de gênero vão pôr em questão a divisão binária, isto é, o mundo separado entre homens e mulheres, tido como um mal em si. Assim diz Shulamith Firestone (1945–2012), em seu livro *A dialética do sexo*, de 1970:

A meta definitiva da revolução feminista deve ser igualmente – ao contrário do

primeiro movimento feminista – não apenas acabar com o privilégio masculino, mas também com a própria diferença de sexos. As diferenças genitais entre os seres humanos já não importariam culturalmente (FIRESTONE, 1970, p. 12).

Numa perspectiva parecida caminha outra teórica da ideologia de gênero, Judith Butler (1956), que, em seu livro *Questão de gênero: o feminismo e a subversão da identidade*, assinala:

O gênero é uma construção cultural; por isso não é nem resultado causal do sexo, nem tão aparentemente fixo como o sexo. Ao teorizar que o gênero é uma construção radicalmente independente do sexo, o próprio gênero chega a ser um artifício livre de ataduras; em consequência, homem e masculino poderiam significar tanto um corpo feminino como um masculino; mulher e feminino tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 1990, p. 6).

Tanto na ideia de Firestone como na de Butler, percebe-se um passo que transcende o aspecto ético-jurídico e social na concepção do ser do homem e da mulher. Trata-se de ideias que atingem o constitutivo antropológico, uma vez que propõem uma mudança na constituição do ser homem e mulher, agora não mais ligado ao biológico, mas ao cultural.

3. A questão do gênero à luz da antropologia cristã

Discutir ideologia de gênero se faz necessário pelo alcance da discussão, pois não se

trata simplesmente da discussão das mudanças socioculturais e valorativas, mas de uma “transição de paradigma” (KUHN, 1991, p. 32) antropológico. Afinal de contas, está-se falando da identidade do homem e da mulher, de um dos constitutivos fundamentais para a construção da pessoa. Somos, não em sentido reducionista, a nossa sexualidade e corporeidade, as quais revelam ser o homem e a mulher não apenas uma construção subjetiva, mas igualmente dados objetivos, que independem da capacidade de construção de si mesmos. São fatos naturais as diferenças entre homem e mulher, uma realidade biologicamente inegável.

Ao olhar os que defendem a reflexão sobre a ideia de gênero como algo puramente construído a partir de cada indivíduo, fica claro o desejo de estender e entregar a questão do gênero ao reino da liberdade individual e do subjetivismo, bandeiras consagradas do nosso tempo. Mergulha-se o homem e a mulher em um subjetivismo relativista profundo – eu sou eu e minhas escolhas, e, entre as escolhas, a de que gênero quero ser ou não ser, ou ser tudo ao mesmo tempo –, o que nega qualquer discurso que queira sustentar o ser do homem e da mulher com base em alguma realidade objetiva.

Nada de objetividade, tudo é subjetivo, relativo e fluido. A fluidez está ligada à “liquidez”, no sentido de que não se é só homem ou só mulher, mas se pode, ao mesmo tempo, ser os dois, dependendo das circunstâncias e das escolhas. A consequência é a não existência de uma verdade sobre quem é o homem e quem é a mulher – afinal de contas, a verdade é somente algo construído, podendo ser qualquer coisa a qualquer momento, lembrando-nos da ideia do ser humano como medida de todas as coisas. Sendo o ser humano a “medida de todas as coisas”, a ideia de homem e mulher também é apenas a medida de cada um segundo sua subjetividade, história e escolhas. No fundo, o que se nega

As fontes da *Amoris Laetitia*

João Décio Passos



128 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A Exortação apostólica sobre o amor à família, a *Amoris Laetitia*, chegou como uma proposta de mudança e de retorno ao coração do Evangelho como caminho de renovação da Igreja. No entanto, nem todos compreenderam a mensagem de Francisco. Em um trabalho completo e esclarecedor, João Décio Passos resgata as raízes profundas da Exortação apostólica do papa Francisco que mais ruído causou ao ser publicada.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

**“A PESSOA HUMANA É UM TODO, UMA ÚNICA REALIDADE,
COMPOSTA DE MATÉRIA E FORMA, CORPO E CONSCIÊNCIA,
OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE.”**

é a tese de alguma verdade que exista independentemente da ação humana, lembrando a tese de Locke (1632-1704) de que não há “princípios inatos” (LOCKE, 1999, p. 37), sendo tudo reduzido à convencionalidade.

Aplicado ao campo dos valores, isto é, da moralidade, o subjetivismo relativista leva à recusa da ética como uma ordem objetiva, reduzindo tudo à consciência do eu e ao eu consciente como lei suprema da valoração, traduzida na cultura de cada indivíduo e da sociedade. Trata-se de dizer, como muitos afirmam, “que a ideia de uma Lei Natural ou lei de dignidade de comportamento, conhecida de todos os homens, não tem fundamento, porque as diversas civilizações e os povos de diversas épocas tiveram doutrinas morais muito diferentes” (LEWIS, 2005, p. 9-10).

No entanto, é possível pensar diferente em relação ao aspecto do subjetivismo e do relativismo, admitindo que

É certo que existem diferenças entre as doutrinas morais de diversos povos, mas elas nunca chegaram a constituir algo que se assemelhasse a uma diferença total. Se alguém se der o trabalho de comparar os ensinamentos morais dos antigos egípcios, dos babilônicos, dos hindus, dos chineses, dos gregos e dos romanos, ficará surpreso, isto sim, com o imenso grau de semelhança que eles têm entre si e também com nossos próprios ensinamentos morais. [...] Basta perguntar ao leitor como seria uma moralidade totalmente diferente da que conhecemos. Imagine o país que admirasse aquele que foge do campo de batalha, ou em que um homem se orgulhasse de trair as pessoas que mais lhe fizeram bem. O leitor poderia igualmente ima-

ginar o país onde dois e dois são cinco. Os povos discordaram a respeito de quem são as pessoas com quem você deve ser altruísta – sua família, seus compatriotas ou todo o gênero humano; mas sempre concordaram em que você não deve colocar a si mesmo em primeiro lugar. O egoísmo nunca foi admirado. Os homens divergiram quanto ao número de esposas que poderiam ter, se uma ou quatro; mas sempre concordaram em que você não pode simplesmente ter qualquer mulher que lhe apetecer (LEWIS, 2005, p. 9-10).

O relativismo e o subjetivismo gnosiológico e axiológico transferidos para o debate sobre gênero levam a uma rejeição de qualquer possibilidade de falar de homem e de mulher com base em elementos objetivos, o que leva à exclusão do corpo como dado objetivo. Isso denota uma desvalorização significativa de um dos aspectos do homem e da mulher, importantes para verdadeira compreensão antropológica, afinal o homem e a mulher também são seus corpos. A impressão que se dá é que a pessoa não é mais tida como uma unidade substancial, corpo e forma, mas apenas como um espírito, sendo o corpo um dado extrínseco, disponível, manipulável e sem relevância. Dá-se a impressão de um regresso ao dualismo platônico e cartesiano, que considerava o corpo sem qualquer importância para a constituição do ser da pessoa, reduzindo-a à sua forma – hoje, sua consciência e sua subjetividade –, com poder e autonomia de dizer o que as coisas são com base apenas no que se pensa que são, sem consideração alguma com o objeto que se está conhecendo, fazendo-o mero dado da consciência. É o que se tornou o ser homem ou mulher

na perspectiva da discussão sobre gênero: meros dados da consciência de cada sujeito.

No fundo, o que não se deseja é aceitar que o homem e a mulher, como elementos da natureza, possuem um substrato objetivo, substrato este que se encontra na dimensão corpórea e é fundamental para a constituição do ser de cada um. Não é cabível a ideia de não contar com dados biológicos para estabelecer as diferenças entre homens e mulheres. As diferenças partem da estrutura genética das células do corpo humano; sendo assim, nem sequer a intervenção cirúrgica nos órgãos sexuais externos permitiria verdadeira mudança de sexo.

Não se pode cair no dualismo, pensando a pessoa apenas como ser biológico ou apenas como ser espiritual. A pessoa humana é um todo, uma única realidade, composta de matéria e forma, corpo e consciência, objetividade e subjetividade. As dimensões corporal e espiritual devem se harmonizar, pois, para o humanismo cristão, não há lugar para dualismos:

[...] o desprezo do corpo em nome do espírito ou vice-versa. O corpo sexuado, como todas as criaturas do nosso Deus, é produto bom de um Deus bom e amoroso. Uma segunda verdade a considerar na visão cristã da sexualidade é a da pessoa humana como espírito encarnado e, por isso, sexuado: a diferenciação sexual correspondente ao desígnio divino sobre a criação, em toda a sua beleza e plenitude: “Ele os criou homem e mulher” (Gn 1,27); “Deus, vendo toda sua obra, considerou-a muito boa” (Gn 1,31) (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013).

São Tomás, mantendo a doutrina de Aristóteles, mas dando-lhe uma roupagem cristã, considera a pessoa como uma unidade substancial de alma e corpo.

Idolatria do dinheiro e direitos humanos

Uma crítica teológica do novo mito do capitalismo

Jung Mo Sung



255 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Foi inspirado no empenho do papa Francisco em construir uma “Igreja pobre, para os pobres” que o professor Jung Mo Sung escreveu o seu novo livro, recém-lançado pela PAULUS. Na obra, ele analisa o surgimento de um novo mito do capitalismo, de linha neoliberal, que nega os direitos humanos em detrimento do “direito do consumo”, explicando por que essa é uma visão equivocada de mundo e qual o papel da Igreja diante do cenário atual.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“O QUE SE FAZ, MAS NÃO SE PODERIA FAZER,
É CAIR EM UM DUALISMO, PENSANDO A PESSOA APENAS
COMO SER BIOLÓGICO OU APENAS COMO SER ESPIRITUAL.”

Aristóteles não diz somente que a alma é “ato do corpo”, mas que é “ato de um corpo físico, orgânico, que tem potencialmente vida”, e que tal potência “não exclui a alma”. Daí se vê que naquilo cuja alma é chamada ato, está também incluída a alma; do mesmo modo que dizemos que o valor é ato do corpo luminoso, não porque um corpo seja luminoso sem a luz, mas porque o luminoso é tal pela luz. E nesse sentido diz-se que “a alma é ato do corpo” etc., já que pela alma é corpo e é orgânico e tem vida em potência. Não obstante, o ato primeiro diz-se em potência em relação ao segundo, que é a operação. Pois tal potência não expelle, isto é, não exclui de si a alma (AQUINO, 1 q 26 a 4 ad 1).

Ao falar da salvação do ser humano, Gilson, em sua leitura sobre Santo Tomás, confirma a unidade substancial da pessoa.

A unidade radical do ser humano provém de uma necessidade segundo a qual a salvação é a de um ser individual e concreto, o que envolve a inserção do corpo como um dos elementos constituintes do ser humano, abarcando-o na definição de sua essência, envolvendo em certa medida uma apreciação positiva da matéria e do corpo (GILSON, 2006, p. 230).

Para a filosofia e teologia cristã, o corpo é dimensão constitutiva da pessoa, não mero acidente, pois a pessoa é um corpo, e não simplesmente tem um corpo. Tanto é que não se pode falar em dignidade da pessoa humana sem levar em consideração o corpo.

É como uma realidade unificada, corpo e alma, que a pessoa humana existe como homem ou mulher. Manifesta-se como sexual, isto é, masculina ou feminina. Isso significa dizer que a pessoa se exprime por meio da sua sexualidade. Por isso, a diferença sexual tem um significado no plano da criação: exprime uma abertura recíproca à alteridade e à diferença, as quais, na sua complementaridade, se tornam enriquecedoras e fecundas.

Talvez o que se ignore em torno da discussão sobre gênero – e não se poderia ignorar – é o fato de que a diferenciação sexual presente na obra criada por Deus tem um sentido todo particular, isto é, tem um propósito, uma finalidade. Homem e mulher foram criados diferentes para assegurar a insuficiência de cada um dos sexos, para dizer a cada um dos dois que não são plenos e que, para se realizarem, precisam contar com a diferença existente no outro. Trata-se de admitir a estrutura relacional da pessoa humana e aceitar que só na relação e na comunhão (no ser para o outro) é possível a realização plena. A diferenciação sexual não é obstáculo à comunhão, não é fonte de oposição e conflito, mas ocasião de enriquecimento recíproco.

Conclusão

Em termos gramaticais, como foi visto, o conceito “gênero” é de origem inglesa (*gender*). É utilizado para designar uma “ideia de gênero”, independentemente do corpo. Consequentemente, vinculou-se sexo à biologia, ao físico, ao corpo, e gênero aparece relacionado à cultura, à construção humana, ao social e à convencionalidade.

A discussão significa uma revolução antropológica, pois mexe com o ser mes-

mo da pessoa, uma vez que sexualidade e corporeidade não são meros atributos, mas constitutivos essenciais no processo de formação do ser humano. Os defensores da ideologia de gênero parecem refletir sobre a constituição do homem e da mulher os mergulhando em um subjetivismo relativista profundo, negando o significado de uma realidade objetiva.

O relativismo e o subjetivismo, transferidos para o debate sobre gênero, levam à rejeição do significado do corpo como dado objetivo. A pessoa passa a ser considerada não como uma unidade indivisa, espiritual e corpórea, e sim como um espírito que tem um corpo a ela extrínseco, disponível e manipulável.

O que se faz, mas não se poderia fazer, é cair em um dualismo, pensando a pessoa apenas como ser biológico ou apenas como ser espiritual. A pessoa humana

é um todo, isto é, um espírito encarnado num corpo. Não é só corpo, mas é também corpo. As dimensões corporal e espiritual devem harmonizar-se, sem oposição.

Para a filosofia e teologia cristã, o corpo é dimensão constitutiva da pessoa, não mero acidente, pois a pessoa é um corpo, e não simplesmente tem um corpo, tanto que não se pode falar em dignidade da pessoa humana sem levar em consideração o corpo.

É como uma realidade unificada, corpo e alma, que a pessoa humana existe como homem ou mulher. Em sua existência, manifesta-se como sexuada, isto é, masculina ou feminina. Isso significa dizer que a pessoa se exprime por meio da sexualidade. Por isso, a diferença sexual tem um significado no plano da criação: exprime uma abertura recíproca à alteridade e à diferença, as quais, na sua complementaridade, se tornam enriquecedoras e fecundas. **vp**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Madrid: B.A.C., 1960.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CARVALHO, Marília. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da Anped (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, 2011.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. *A propósito da ideologia do gênero: carta pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa*, 2013. Disponível em: <<http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-proposito-da-ideologia-do-genero/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FIRESTONE, Shulamith. *The dialectic of sex*. New York: Bantam Books, 1970.

GILSON, Étienne. *O espírito da filosofia medieval*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, 2004.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LEWIS, Clive Staples. *Cristianismo puro e simples*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.



As raízes indígenas das festas juninas

Este texto procura mostrar o substrato indígena das festas juninas, pouco conhecido, uma vez que os brasileiros não se interessam em conhecer e estudar a cultura dos povos que aqui viviam. Os santos comemorados em junho trazem marcas não só das culturas ibéricas, como também apresentam traços dos povos tupis, com os quais os portugueses conviveram por muito tempo. Dessa forma, as festas juninas continuam sendo as mais indígenas das festas populares e precisam ser mais bem conhecidas e valorizadas.

*Benedito Prezia é doutor em Antropologia pela PUC-SP, pesquisador em História Indígena e autor de *História da resistência indígena, 500 anos de luta* (Expressão Popular, 2017), entre outras publicações. Desde 1983 atua junto aos povos indígenas e atualmente coordena o Programa Pindorama para indígenas universitários na PUC-SP. Foi professor de Religiões Indígenas nas Faculdades Integradas Claretianas (São Paulo) e de Fenômeno Religioso no Instituto de Teologia da Diocese de Santo André (SP). E-mail: preziabenedito@gmail.com

Introdução

Poucos imaginam que as festas juninas do Brasil receberam influência da cultura indígena, sobretudo da cultura tupi, apesar de muitos elementos serem de tradição europeia. Essa incorporação se deu por meio da cultura mestiça e foi se moldando não só ao longo do período colonial, como também em épocas mais recentes. Infelizmente, o desconhecimento das tradições indígenas tem levado a população brasileira a ignorar esse passado, talvez por preconceito e pela dificuldade em aceitar a existência de nossa “cultura misturada”. Como a cultura predominante está eliminando muitas tradições, seria importante fazer uma análise desses elementos ancestrais, para não se perder essa riqueza cultural. Inicialmente, faremos um apanhado das tradições europeias dessas festas, analisando os elementos nativos, e finalizaremos com um olhar sobre as festas juninas atuais.

1. As antigas comemorações de São João na Europa e no Brasil colonial

Para entendermos as raízes indígenas das festas juninas, precisamos voltar às raízes portuguesas das comemorações dos santos de junho – Santo Antônio, São João e São Pedro – e situá-los no contexto rural. Essas festas já possuíam na Europa elementos do mundo agrário, pois estavam ligadas à semeadura e à colheita.

Por isso, não podemos buscar as figuras desses santos nos relatos dos evangelhos nem em suas biografias eruditas, mas devemos ver como entraram no imaginário popular. À medida que pesquisamos, descobrimos que muitos traços das devoções recuperam cultos antigos, que sobreviveram nos povos recém-cristianizados da Europa.

A festa de São João coincidia, na Europa, com o solstício de verão – o dia mais longo do ano –, ocasião em que eram celebrados rituais agrícolas, pedindo boa colheita e agradecendo as primícias do campo. Como

observou Câmara Cascudo em um de seus estudos, era nesse momento que “as populações do campo festejavam a proximidade das colheitas e faziam sacrifícios para afastar os demônios da esterilidade, pestes dos cereais e estiagens” (CASCUDO, 1988, p. 404). Na França, essa festividade estival é chamada de *Feu de Saint Jean* (“Fogo de São João”), sendo celebrada com fogueiras e danças, tradição que vem se perdendo a cada ano.

O fogo foi elemento muito importante nos rituais de antigas culturas. Os antigos celtas celebravam uma festa no dia 1º de maio para comemorar o início do verão. Nessa ocasião, eram acesas grandes fogueiras, no meio das quais os druidas, seus sacerdotes, faziam passar o gado pela brasa, para livrá-los de doenças (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1994, p. 441). Talvez esse traço arcaico tenha se mantido na cultura lusitana, que guarda um substrato dos antigos ocupantes da península Ibérica – godos e visigodos –, pois havia o hábito de passar descalço pelas brasas. No Brasil, isso foi mantido pelos “devotos do santo”, geralmente negros e mestiços, que desafiavam a lei natural passando descalços no braseiro da fogueira de São João, como pude presenciar na minha infância, no sul de Minas Gerais. Dessa forma se demonstrava a fé no santo, protetor do corpo e do espírito.

No Brasil colonial, as festas juninas tiveram grande aceitação nas missões jesuíticas e nas vilas luso-brasileiras. O padre Fernão Cardim, no final do século XVI, escreveu que, entre os Tupi do litoral,

três festas celebram estes índios com alegria, aplauso e gosto particular. A primeira são as fogueiras de São João, porque suas aldeias ardem em fogos, e para saltarem as fogueiras não os estorva a roupa, ainda que algumas vezes chamusquem o couro. A segunda é a festa de ramos [...], a terceira, que mais que todas festejam, é dia de cinza (CARDIM, 1978, p. 191).

“PARA ENTENDERMOS AS RAÍZES INDÍGENAS DAS FESTAS JUNINAS, PRECISAMOS VOLTAR ÀS RAÍZES PORTUGUESAS DAS COMEMORAÇÕES DOS SANTOS DE JUNHO.”

Para descobrir a figura do São João das festas juninas, não podemos buscar o João Batista dos evangelhos, um personagem austero e rígido – como se vê nas pregações que fazia à beira do rio Jordão –, cujas denúncias contra o concubinato do rei Herodes o levaram à prisão e à morte. Temos, antes, de procurá-lo na Europa recém-cristianizada, sobretudo na península Ibérica. Lá o precursor do Messias assumiu outro perfil, incorporando certamente qualidades de algum herói mítico celta ou gótico e tornando-se “um deus amável e dionisíaco, com farta alimentação, danças, músicas, bebidas e uma marcada tendência sexual nas comemorações populares” (CASCUDO, 1988, p. 404). Isso se deve às comemorações tradicionais dos cultos agrários, que ocorriam nesse período estival, com o aquecimento do clima e com o aparecimento dos primeiros frutos. É possível também que essa comemoração de verão levasse aos namoros, que podiam terminar em encontros amorosos e na fecundidade matrimonial.

No Brasil, a festa junina, como registra Mello Moraes Filho, tinha também o “banho de São João”. Ocorria aos primeiros raios do sol, “porque depois as águas perderiam de sua virtude” (MORAES FILHO, ca. 1900, p. 110). Esse banho “gozava de propriedades preservativas e miraculosas” (idem, *ibidem*) e, certamente, levava a encontros casamenteiros.

No Pará foram identificadas rezadeiras e cartomantes que “tiravam a sorte de São João”. A prática consistia em encher um copo com água “na noite do dito santo e lançar no mesmo copo um ovo quebrado, isto é, clara e gema, fazendo uma cruz, rezando um Pai-Nosso e uma Ave-Maria ao dito santo, para que mostrasse o que havia de suceder a

tal e qual pessoa”, como se lê numa denúncia feita ao Santo Ofício na visitação realizada em 1769 (DEL PRIORE, 1994, p. 125).

Em outras regiões, como em Itapira, interior de São Paulo, não há registro dessas ações mágicas e João Batista assume uma postura mais séria. Foi tido como “padrinho de Jesus”, segundo o depoimento de um morador, registrado por Carlos Rodrigues Brandão: “Padrinho de Jesus é João Batista. Ele [Jesus] respeita João Batista. Ele é Deus, ele é nosso Deus, mas respeita João Batista. Quem não respeita seu padrinho?” (BRANDÃO, 1986, p. 182).

Não deixa de ser curiosa sua representação iconográfica, em que aparece não como um jovem dos cultos agrários nem de maneira mais formal, como nas imagens das igrejas, mas como criança abraçada a um cordeiro, como se vê nas estampas erguidas no mastro da festa junina tradicional. Valeria a pena pesquisar melhor essa representação.

2. As celebrações de Santo Antônio e São Pedro

Outro santo do ciclo junino é Santo Antônio, que chegou ao Brasil com os primeiros colonos portugueses, tornando-se muito popular. Sua festa costuma ser preparada com uma trezena, isto é, com encontros religiosos, que terminam no dia 13 de junho. Chamado “pai dos pobres”, na sua festa é distribuído o pão bento, que as pessoas levam para casa, pedindo que nunca falte o alimento.

É invocado para encontrar não só objetos perdidos, como também o marido ideal. Por excelência, trata-se de “santo casamenteiro”. Seria uma reminiscência dos cultos romanos ou góticos? É mais uma dúvida a ser resolvida numa pesquisa sobre as religiões ibéricas.

O DOMINGO

CELEBRAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS

45 ANOS JUNTO ÀS COMUNIDADES SEM PADRES!



Desde 1975, o folheto litúrgico **O DOMINGO - CELEBRAÇÃO DA PALAVRA DE DEUS** subsidia as celebrações dominicais e outras celebrações essenciais do ano litúrgico nas comunidades onde não há padres, em um total de 60 folhetos anuais.

“Entre as formas celebrativas que se encontram na tradição litúrgica, é muito recomendada a celebração da Palavra de Deus para o alimento da fé, da comunhão e do compromisso do Povo de Deus” (Subsídio da CNBB, n. 43 – Celebração da Palavra).

• O Rito das Celebrações da Palavra de Deus do folheto segue a Instrução *Inter Oecumenici* de 26 de setembro de 1964, conforme a qual a estrutura da celebração da Palavra de Deus será semelhante à da Liturgia da Palavra na missa (cf. n. 37).

Os folhetos trazem todo o rito das celebrações:

- **Ritos iniciais:** Acolhida, Ato Penitencial, Glória;
- **Rito da Palavra:** com as mesmas leituras da celebração da missa e roteiro para reflexão envolvendo as três leituras do dia, Profissão de Fé e Preces;
- **Momento de ofertas e Partilha comunitária:** com orações e participação da comunidade;
- **Rito da Comunhão:** para quando há partículas consagradas;
- **Ritos finais e bênção.**





A cada folheto uma reflexão
do evangelho do dia para
a catequese do Povo de Deus.

ASSINE OS PERIÓDICOS PAULUS EM GRUPO E OBTENHA DESCONTOS ESPECIAIS!

Quantidade de exemplares	Valor por assinatura
10 a 40	R\$ 14,41
50 a 90	R\$ 13,16
100 a 240	R\$ 12,33
250 a 490	R\$ 11,41
500 a 990	R\$ 10,52
1000 a 1490	R\$ 9,47
1500 a 1990	R\$ 9,31
2000 a 2990	R\$ 8,61
3000 a 3990	R\$ 8,34
4000 a 4990	R\$ 8,10
Acima de 5000	R\$ 7,46



(11) 3789-4000 (Grande São Paulo)
0800-164011 (outras localidades)
(11) 99974-1840 (WhatsApp)



assinaturas@paulus.com.br

- A renovação das assinaturas de todos os periódicos pode ser feita por pagamento à vista ou parcelado em até 5 vezes.
- O vencimento das parcelas acontece no dia 10 de cada mês.
- Os valores das tabelas são válidos para assinaturas realizadas até 30 de junho de 2020.

Essa ligação com a busca do amado explica por que, no Brasil, o Dia dos Namorados ocorre na véspera de sua festa. Uma tradição portuguesa faz que as mulheres em busca de marido o amarrem num poço ou na janela da casa até que o pretendente apareça.

A proximidade com a festa de São João fez que Santo Antônio recebesse também a tradicional fogueira, fogos de artifício e mastro.

Outra dimensão pouco conhecida localizei num livro de rezas populares, em que se pede ao santo que torne “invisível” quem o invoca e o livre de malefícios:

Meu glorioso Santo Antônio, num caminho escuro caminho eu. Meus inimigos encontrarei, se tiverem olhos não me verão; se tiverem boca, não falarão; se tiverem corda, não me amarrarão; os braços dos meus inimigos para mim enfraquecerão; os corações dos meus inimigos para mim brandos são, porque eu vivo amparado no hábito do meu glorioso Santo Antônio (SALES, 2006, p. 54).

Esses pedidos mostram influências da religiosidade indígena e, talvez, africana.

O terceiro santo junino é São Pedro. Embora o calendário litúrgico o comemore juntamente com São Paulo, este último não entrou nas comemorações populares.

Na devoção popular brasileira, São Pedro foi identificado como o guardião do céu, aquele que controla a entrada dos falecidos ao paraíso. A iconografia o representa com chaves às mãos, numa alusão à passagem do evangelho em que Cristo diz que lhe dará as chaves do céu. A farta literatura de cordel do Nordeste explora esse seu atributo, pelo qual o santo disputa com o demônio as almas dos falecidos.

São Pedro teve direito a comemoração semelhante às festas de São João, com fogueira e fogos de artifício, e, por sua posição entre os santos, os fogos eram abundantes. Parece

A missa

Subsídio para coroinhas, acólitos, cerimoniários e demais fiéis celebrantes

Edson Adolfo Deretti



96 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Este livro, composto de dois grandes capítulos – liturgia da Palavra e liturgia eucarística –, traz orientações sobre quatro aspectos de cada parte da missa: aspectos históricos, aspectos litúrgico-teológicos, posição corporal da ação ritual e aspectos práticos para coroinhas, acólitos e cerimoniários. É um material de formação voltado especialmente para coordenadores e catequistas, mas também aos demais membros das equipes de liturgia e a quem interessar conhecer e entender melhor a celebração eucarística, a fim de melhor celebrá-la.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“AS CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS POPULARES DE MATRIZ PORTUGUESA, COM O TEMPO, PASSARAM A RECEBER DA CULTURA NATIVA ELEMENTOS INDÍGENAS.”

que antigamente a comemoração pirotécnica era muito mais acentuada do que nos dias atuais. É o que relatou o pastor estadunidense Daniel Kidder, quando de sua viagem pelo interior de São Paulo, em 1855. Ao chegar a Campinas, no dia 28 de junho, foi surpreendido pelos festejos:

Era a “véspera de São Pedro”; e todo homem, que tinha um Pedro ligado a seu nome, sentia-se na obrigação de acender uma imensa fogueira diante de sua porta e soltar uma porção de foguetes, além de descarregar inúmeras pistolas [revólveres], mosquetes e morteiros. [...] Os clarões e o barulho eram tais, que sem qualquer esforço de imaginação, ter-se-á acreditado estar perto de alguma cidade sitiada, durante um violento bombardeio (KIDDER; FLETCHER, 1941, v. 2, p. 107).

Em regiões litorâneas, pelo fato de ter sido pescador, sua festa é muito celebrada por pescadores com procissão de barcos, diferentemente das comemorações interioranas.

Por ser guardião do paraíso, São Pedro é invocado para pedir esclarecimento de situações duvidosas, como revela esta oração popular, cuja região de origem infelizmente não foi citada pelo autor que a compilou:

Meu glorioso Pedro, vós a Deus negastes três vezes antes do galo cantar; correstes e vos escondestes até vos arrependerdes; sentastes num lazeiro de pedra e vos pusestes a chorar. Deus mandou um anjo atrás de vós, dizendo: Pedro, Pedro, Pedro, a chave do céu é vossa. Assim, meu glorioso senhor São Pedro, como estas

palavras são santas e verdadeiras, mostrei-me em sonho o que desejo ver em águas claras, campos verdes, casas caídas e cavalheiros bem trajados. Se não for verdade, mostrei-me águas turvas, campos secos, casas velhas e cavalheiros mal trajados. Rezar um Pai-Nosso, uma Ave-Maria e uma Salve-Rainha até o “nos mostrei” (SALES, 2006, p. 76).

Outros traços característicos dessas festas são as bandeirinhas coloridas e o levantamento do mastro. Este último remonta à cultura europeia, com sua tradição de erguer mastros comemorativos nas festas da família real. Foi o que ocorreu na Bahia em 1718, por ocasião das celebrações pelo aniversário do filho mais velho do conde de Vila Verde, quando se ergueu um mastro “pintado de branco e carmesim e coroadado de uma grinalda dourada” (DEL PRIORE, 1994, p. 33). Depois, passou-se a levantá-lo em festas religiosas, como a de São Gonçalo, realizada pela Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora do Livramento (DEL PRIORE, 1994, p. 33-34).

Com o tempo, essa tradição permaneceu apenas nas festas juninas, ocasião em que nos mastros eram amarrados os frutos da terra e, sobretudo, espigas de milho. Em algumas regiões, havia o hábito de queimar o mastro, guardando os carvões, que poderiam dar proteção contra raios e trovões (DEL PRIORE, 1994, p. 33-34).

As festas juninas foram as únicas que conservaram essa tradição. Sobre os mastros se colocam estampas de pano dos três santos juninos. Em alguns lugares, havia também um mastro para brincadeira, o chamado “pau de sebo”. Era besuntado de graxa e, na sua ponta, se colocava uma nota de alto

valor, prêmio para quem a alcançasse. Essa brincadeira ainda presenciei em minha infância, no interior paulista.

3. Contribuições indígenas às festas juninas

As celebrações religiosas populares de matriz portuguesa, com o tempo, passaram a receber da cultura nativa elementos indígenas, por serem festas comemoradas por mestiços, os chamados caboclos ou caipiras, isto é, “moradores do mato” ou moradores do interior.

Mesmo com o processo de urbanização, até meados do século passado, as cidades mantiveram essas comemorações com o colorido mestiço.

Os santos juninos, sobretudo São João e São Pedro, passaram a receber atributos dos heróis míticos de matriz tupi-guarani, como Tupã e Karaí ou Karaíba. É possível que São João fosse identificado com Karaí-ru-ete ou Karaí, entidade que se manifesta no fogo, no corisco e no “crepitar da chama”. É uma das quatro divindades do panteão guarani (GODOY, 2003, p. 74-75). Daí a importância da fogueira e da brasa nessas comemorações.

Os portugueses foram chamados de caráibas no século XVI, nome genérico dado aos demiurgos tupis (THEVET, 2009, p. 56). Sua pele branca, as armas de fogo que traziam e sua procedência, vindos pelo mar, levaram-nos a serem identificados como demiurgos.

Esse substrato ancestral talvez explique por que cada família, sobretudo no Nordeste, costuma fazer sua fogueira em frente da casa, numa maneira de homenagear o santo e pedir-lhe proteção.

Não é de estranhar a tradição “casamenteira” – encontrada nessa região pelo barão de Studart no século passado – que associa o fogo à adivinhação. Tomava-se um ramo de manjerição e, depois de passá-lo pela fogueira, ele era jogado pela moça casadoura sobre o telhado. Se no dia seguinte continuasse verde, o noivo seria um jovem; se murchasse, seria um velho (CASCUDO, 1988, p. 405).

A festa de São João fundiu-se no Brasil com a festa tupi do milho, celebrada em agosto, quando se comemorava o início do ano-novo, tradição ainda conservada entre os Guarani Mbyá. Este povo denomina essa época de *Ara Pyaú* (Tempo Novo). Segundo Luciana Galante, “os fortes ventos (*yvytu*) iniciam o período, anunciando a chegada da primavera. É chegada a hora de realizar o batismo da erva-mate, o *ka’a nheemongaraí*, cujas projeções sobre o ano-novo são interpretadas pelo *Xeramoí* [pajé]” (GALANTE, 2011, p. 57). É o momento não só de realizar o “batismo” da erva-mate, como também de celebrar o *nheemongaraí*, cerimônia de nomeação, quando as crianças recebem o nome guarani dado pelo pajé. Devido a influências católicas, esse ritual é chamado de “batismo guarani”.

Nesse período, em algumas aldeias, ocorre a “festa do milho”, quando se reúnem a comunidade e os parentes de aldeias vizinhas numa comemoração que pode durar vários dias. É o que constatamos na aldeia Tekoá Ytu, da terra indígena do Jaraguá, na capital paulista.

Dessa tradição nativa permaneceu, em nossa cultura mestiça, não o “batismo do milho”, ligado à bênção das primícias agrícolas, mas o “batizado da boneca de milho”, como pude identificar numa foto, da década de 1950, de um antigo morador de minha terra natal (Acervo fotográfico de Águas da Prata, 1992). Nesse caso, houve uma transposição de significantes, permanecendo o significado subjacente. Essa festa rural, que caiu em desuso, era uma oportunidade para as famílias realizarem um encontro de vizinhos.

Não se pode esquecer o papel do milho nas culturas indígenas, sendo um dos alimentos mais ricos da agricultura da América. Entre os Maia do México e Guatemala, é reverenciado como uma divindade, Yum Kaax, o senhor do milho (CENAMI; CCD, 1993, p. 33-36).

"NO NORDESTE, COM A INFLUÊNCIA AFRICANA,
A CANJICA PASSOU A SER CHAMADA DE MUNGUZÁ,
TERMO DE LÍNGUA BANTO."

No Sudeste e Nordeste, as comemorações são marcadas por comidas à base de milho – numa recuperação da antiga festa do milho, de tradição tupi –, cujos nomes são também de origem tupi: a canjica (do guarani: *kangy* = mole + *kaa* = planta), feita com milho seco despulpado e cozido; o curau (*kure* = ralado + *u* = comida), creme de milho ralado; a pamonha (*pomonga* = pegajoso), creme de milho cozido na água fervente e servido, já endurecido, na casca de milho, fazendo lembrar pratos indígenas assados em folha de bananeira.

Outros alimentos elaborados com milho também aparecem, como o bolo de fubá, a pipoca e o milho verde assado na brasa. No Nordeste, com a influência africana, a canjica passou a ser chamada de *munguzá*, termo de língua banto.

O quentão lembra o cauim indígena, que antigamente era feito com mandioca ou milho fermentado e servido morno, como ocorre ainda hoje entre os Guarani Mbyá. Atualmente, na ausência da fermentação natural, faz-se o quentão com cachaça e gengibre.

Além do milho, encontram-se nessa festa outros alimentos de origem indígena, como a batata-doce e a mandioca, servida de diversas formas, assada, cozida ou como bolo. Em Minas Gerais são acrescentados o famoso pé de moleque e a paçoca de amendoim, alimento indígena. No Sul, é agregado o pinhão, alimento básico do povo Kaingang e de outros povos que viviam da coleta desse fruto no Sudeste, como os Guaianá e Guarulho, hoje extintos.

Quanto a São Pedro, foi identificado com Tupã, a todo-poderosa entidade indígena, o “senhor da chuva e dos trovões”. Embora não fosse o deus maior do panteão tupi, mui-

tas vezes assumiu o papel primordial, como se lê nos registros de missionários e cronistas coloniais. O deus maior, que seria Monã ou Monhã, não tinha culto e era um “deus escondido”. Como registrou o capuchinho Thevet, “os selvagens deste lugar mencionam um Grande Ser, cujo nome em sua língua é Tupan, acreditando que viva nas alturas e faça chover e trovejar” (THEVET, 1978, p. 99).

Essa ligação entre Tupã e São Pedro manifesta-se em várias regiões do Brasil, quando se identifica São Pedro com o responsável pela chuva: é frequente dizer que se precisa “pedir chuva a São Pedro”, quando há estiagem, ou que “São Pedro exagerou na chuva”, quando há muita água. Existe até a expressão popular “mandachuva”, com duplo significado: no sentido original, atualmente desconhecido, devia referir-se a Tupã; no sentido analógico, refere-se a um chefe, isto é, “àquele que manda”.

São Pedro aparece também num conto popular baiano que o aproxima dos heróis míticos tupis. Foi recolhido por João da Silva Campos, no Recôncavo Baiano, na década de 1920, e publicado por Basílio de Magalhães.

Num povoado vivia um velho com uma filha e três filhos. Certo dia, apareceu um rapaz que pediu a moça em casamento. Pedido aceito, o jovem levou-a para sua casa. Nem imaginava ela que era São Pedro. Ela vivia bem, mas sentia falta do marido, que passava muito tempo fora, cuidando das ovelhas. Um dia um dos irmãos veio visitá-la, e ela reclamou do marido. O irmão sugeriu então ao cunhado fazer, em seu lugar, as tarefas de pastor, de modo que o outro tivesse mais tempo para ficar com a esposa. O marido aceitou, mas no caminho surgiram dificuldades que

não foram enfrentadas pelo rapaz. Este, ao voltar, foi enviado para casa, pois São Pedro lhe disse que não tinha dado conta da tarefa. O mesmo ocorreu com o segundo irmão. Só o terceiro conseguiu enfrentar os desafios. E, voltando para a casa da irmã, foi bem acolhido pelo cunhado. A história termina com São Pedro, depois de lavar os pés da mulher e do cunhado, colocando-os nas palmas da mão e subindo com eles para o céu (MAGALHÃES, 1939, p. 300-303).

Tal narrativa assemelha-se muito aos mitos tupis, recolhidos no século XVI pelo capuchinho André Thevet, nos quais os diversos Karaíba convivem com os humanos, protegendo-os ou castigando-os, e transitam com facilidade entre a terra e o céu (THEVET, 2009, p. 66-75).

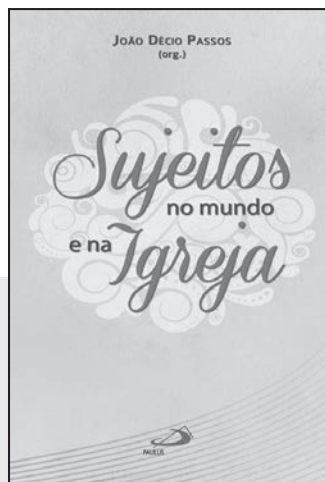
Quanto ao mastro português, encontramos um similar na tradição tupi, como registrou o capuchinho Claude d'Abbeville. Ele escreveu sobre o hábito dos Tupinambá do Maranhão de "fincar, à entrada de suas aldeias, um madeiro alto com um pedaço de pau atravessado por cima; aí penduram quantidade de pequenos escudos feitos de folha de palmeira e do tamanho de dois punhos. Neles pintam com preto e vermelho um homem nu". Ao serem indagados sobre o objetivo daquele mastro, os indígenas responderam que "seus pajés haviam recomendado para afastar os maus ares" (D'ABBEVILLE, 1975, p. 253).

4. As festas juninas atuais

Com a urbanização, essas celebrações foram levadas para a cidade, e no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, tornaram-se festas carregadas de preconceitos, reproduzindo o estereótipo do "caipira": o homem aparece com roupas velhas e remendadas, dente cariado, chapéu de palha velho, cigarro de palha na orelha, botina velha... A mulher, com trança, vestido de chita e pintura do rosto exagerada.

Sujeitos no mundo e na Igreja

João Décio Passos (org.)



344 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A Nova Evangelização passa pela ação missionária, que prepara verdadeiros discípulos de Jesus Cristo no mundo e para o mundo. Nesse sentido, cresce na Igreja do Brasil o interesse de dioceses pela criação dos Conselhos Diocesanos de Leigos, visando aprofundar sua identidade e atuação. É preciso juntar forças, unir-se na mesma ação evangelizadora, partilhando sonhos e desejos, convocando todos os batizados para uma reflexão sobre a missão da Igreja não apenas para os leigos, mas com os leigos.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br

“É IMPORTANTE CONHECER ESSE PASSADO CULTURAL, PARA QUE ESSA FESTA SE REALIZE DE FORMA CONVENIENTE, RESGATANDO A MANIFESTAÇÃO FOLCLÓRICA E PROCURANDO ENTENDER AS CONTRIBUIÇÕES DAS CULTURAS NATIVAS.”

Contudo no Nordeste, que conserva traços fortes da cultura indígena, essa festa felizmente conseguiu cidadania, sem sofrer representação preconceituosa. Não há “roupas caipiras”, mas vestidos bem confeccionados e de bom gosto. É a festa mais importante em vários estados, atraindo turistas, como se vê em Caruaru, em Pernambuco ou em Campina Grande, na Paraíba. Em todo o Nordeste, as férias escolares do meio do ano foram antecipadas para junho, para que alunos e professores organizem essas festas e delas participem. Até deputados e senadores promovem um recesso branco para se fazerem presentes nessas comemorações.

Nos festejos juninos, a quadrilha, com o “casamento caipira”, é sempre presente. Este último pode ser analisado como uma paródia do cerimonial católico, própria do teatro popular colonial, na qual um padre bêbado tenta casar um noivo ingênuo com uma noiva sirigaita e, após a cerimônia, o público é surpreendido por um delegado que leva presos os convidados bêbados. Contra esse tipo de representação jocosa, a Igreja católica do século XVIII foi muito severa, proibindo encenações que pudessem depor contra a instituição (DEL PRIORE, 1994, p. 91-104). Entretanto a sátira contra o clero perdurou por todo o século XIX, como relata John Lucock, comerciante inglês que esteve no Brasil entre os anos de 1808 e 1818 e pôde assistir a peças teatrais nas quais os clérigos eram ridicularizados (LUCCOCK, 1975, p. 61).

Pode-se também ver aí uma sátira contra a nobreza, deposta com a República. A quadrilha, baile das festas da corte imperial do Rio de Janeiro, foi parodiada, sendo mantidas,

inclusive, palavras francesas como *en avant* e *en arrière* (CASCUDO, 1988, p. 646).

As músicas da quadrilha não eram evidentemente as dos bailes da corte imperial, e sim das regiões interioranas, que elaboraram melodias regionais com certa influência indígena, como as músicas do Nordeste que tiveram a contribuição da cultura do povo Kariri, entre as quais o baião, o forró e o xaxado (PREZIA; JOSIVAN, 2006, p. 218). No Sudeste, as músicas “caipiras” ou sertanejas foram influenciadas pela tradição tupi-guarani, sendo mais chorosas e lentas (PREZIA; JOSIVAN, 2006, p. 180). No entanto, hoje predominam as músicas nordestinas, que se tornaram típicas, sendo identificadas como “músicas de quadrilha”.

Se na festa junina o casamento é geralmente visto como paródia, em algumas regiões do interior o casamento das festas juninas era encarado de forma mais séria, como uma espécie de contrato provisório, já que a presença do padre católico não era constante. Falava-se então de “casamento na fogueira”. Artur Neiva e Belizário Pena narram esse tipo de casamento nos “gerais” do Piauí e Goiás, que ocorria na noite de São João. Era realizado “junto à fogueira, em presença dos pais dos noivos, padrinhos, pessoas da família e convidados”, e “considerado válido para todos os efeitos” (CASCUDO, 1988, p. 407).

Havia também o compadrio de fogueira, quando alguém se tornava “padrinho” de uma criança, como forma de comprometer-lo num futuro batizado, a ser realizado posteriormente pelo padre, na cidade.

Conclusão

Por tudo que se apresentou, vê-se que, diante da sociedade urbana, tradições de raiz,

como as festas juninas, vão perdendo elementos importantes ou até desaparecendo, num empobrecimento da cultura nacional. Hoje essas festas estão restritas às escolas e paróquias católicas, com certa descaracterização, a ponto de nelas encontrar-se até “cachorro quente”. Por isso, é importante conhecer esse passado cultural, para que essa festa se realize de forma conveniente, resgatando a mani-

festação folclórica e procurando entender as contribuições das culturas nativas. Fica aqui também o recado para o agente de pastoral estar atento ao catolicismo popular, para que possa compreender esse universo religioso mestiço e não se excluam essas manifestações como elementos nocivos ou atrasados. É o “Brasil profundo” que se esconde no interior de muita gente. **VP**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDIM, Pe. Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, 168).
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, 151).
- CENTRO NACIONAL DE AYUDA A LAS MISIONES INDÍGENAS DE MÉXICO; COMISIÓN CRISTIANA DE DESARROLLO (CENAMI; CCD). *Teologia índia mayense*. México: Abya-Yala, 1993.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- D’ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos da ilha do Maranhão*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 19).
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção A Caminho das Utopias).
- GALANTE, Luciana. *Investigação etnobotânica na comunidade Guarani Mbya de Têkoa Pyau*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. v. 2. (Coleção Brasileira, 205 A).
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, 21).
- MAGALHÃES, Basílio de. *O folclore no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, [ca. 1900].
- PREZIA, Benedito. Caipira. *World folklore ad folklife*. Connecticut/London: Greenwood, 2006. v. IV, p. 177-181.
- _____; JOSIVAN, Francisco. Sertão. *World folklore ad folklife*. Connecticut/London: Greenwood, 2006. v. IV, p. 216-219.
- SALES, Nívio Ramos. *Rezas que o povo reza*. 10. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- THEVET, André. *A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. (Coleção Franceses no Brasil, séc. XVI e XVII, 2).



ROTEIROS HOMILÉTICOS

Francisco Cornélio Freire Rodrigues*

4º DOMINGO DA PÁSCOA

3 de maio

O Cristo ressuscitado é pastor e porta que conduz à vida em abundância

I. INTRODUÇÃO GERAL

Todos os anos, a liturgia do 4º domingo da Páscoa utiliza um trecho do capítulo 10 do Evangelho segundo João, o que justifica o título de “domingo do Bom Pastor” atribuído a este dia, uma vez que, no referido capítulo, Jesus é apresentado como o “Bom Pastor”.

A imagem do pastor sempre foi muito cara a Israel, um povo de origens ligadas à vida pastoril. Por isso, desde o Antigo Testamento foi aplicada a Deus, o pastor por excelência, e às lideranças políticas e religiosas. Essa imagem está explicitamente presente na liturgia de hoje no salmo, na segunda leitura e no evangelho. Implicitamente, é possível identificá-la também na primeira leitura, pois aceitar o Ressuscitado como Senhor e Cristo é, acima de tudo, reconhecê-lo como pastor.

Oportunamente, o papa São Paulo VI instituiu este domingo também como o “dia mundial de oração pelas vocações sacerdotais e religiosas”, conferindo grande responsabilidade à Igreja ao celebrar este dia: reconhecer o

pastoreio único do Cristo ressuscitado e ajudar a suscitar homens e mulheres para viver e agir à sua maneira, cuja característica principal é a capacidade de amar em profundidade, a ponto de dar a vida pelo outro (cf. Jo 10,11).

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 2,14a.36-41

A primeira leitura é a continuação do discurso de Pedro no dia de Pentecostes, cuja leitura foi iniciada no domingo passado. Embora o discurso seja atribuído ao apóstolo, sua construção é obra de Lucas, o autor do livro, e apresenta os elementos essenciais da primeira pregação apostólica, cujos destinatários principais eram judeus, como atesta o próprio texto: “Que todo o povo de Israel reconheça com plena certeza” (v. 36a).

Como a ressurreição foi anunciada com bastante ênfase nos versículos anteriores, conforme a leitura do domingo passado (2,14a.22-33), no trecho lido hoje é apresentada a necessidade de conversão como consequência do reconhecimento de que Jesus de Nazaré, crucificado e ressuscitado, foi constituído por Deus como Senhor e Cristo, quer dizer, como Messias (cf. v. 36b).

Ao dizer que os ouvintes “ficaram com o coração aflito” (v. 37a), o autor alude ao remorso de terem sido responsáveis pela crucificação e, ao mesmo tempo, ensina que o

*Pe. Francisco Cornélio Freire Rodrigues é presbítero da Diocese de Mossoró-RN. Possui mestrado em Teologia Bíblica pela Pontifícia Università San Tommaso D'Aquino – Angelicum (Roma). É licenciado em Filosofia pelo Instituto Salesiano de Filosofia – Insaf (Recife) e bacharel em Teologia pelo Ateneo Pontifício Regina Apostolorum (Roma). É professor de Antigo e Novo Testamentos na Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (Mossoró-RN). E-mail: francornelio@gmail.com



anúncio do Cristo ressuscitado é irresistível: é impossível ficar indiferente a essa maravilha realizada por Deus. Daí a pregação se torna praticamente um diálogo com a assembleia, o que reflete provavelmente uma fórmula litúrgica utilizada durante o rito de admissão ao batismo na época da redação do livro dos Atos dos Apóstolos: após a homilia, os ouvintes perguntavam o que deveriam fazer (cf. v. 37b), e o pregador respondia com um programa composto de três etapas fundamentais – a conversão, o batismo e a abertura ao dom do Espírito Santo (cf. v. 38) –, como exigências concretas para a adesão plena a Jesus Cristo.

Essas exigências, inicialmente apresentadas aos judeus, são destinadas à humanidade inteira (cf. v. 39). Diante da salvação ofertada por Deus por meio do seu Filho, o ser humano é chamado à conversão, o que significa uma mudança de mentalidade para acolher o Espírito Santo e viver nova vida, assimilando os ensinamentos e o comportamento de Jesus. E o batismo é a porta de entrada para a nova vida em Cristo, a vida em abundância que ele mesmo anunciou no evangelho (cf. Jo 10,10).

A conclusão (cf. vv. 40–41), mais do que descrever fatos concretos, revela o otimismo do autor e funciona como um estímulo aos pregadores futuros: o anúncio coerente do Ressuscitado, compreendendo o testemunho, é capaz de transformar corações e estruturas.

2. II leitura: 1Pd 2,20b-25

A primeira carta de Pedro, da qual é tirada a segunda leitura desta celebração, foi escrita no final dos anos 80 d.C., provavelmente em Roma, por um discípulo do apóstolo Pedro. É uma espécie de homilia destinada aos cristãos recém-batizados, especialmente aos da Ásia Menor, que enfrentavam dificuldades na vivência do evangelho. Essas dificuldades eram causadas tanto por conflitos internos nas comunidades quanto por perseguições externas.

O trecho lido neste dia foi construído à luz do Quarto Cântico do Servo Sofredor (cf.

Is 53,4–12); nele, o autor descreve o exemplo de Jesus diante do sofrimento, exortando os cristãos a fazer o mesmo (cf. v. 21). O batismo agrega na mesma comunidade pessoas que antes poderiam ter vivido conflitos entre si. Uma vez batizadas, isto é, introduzidas na comunidade, todas as pessoas devem assumir a postura de Jesus, que sofreu por ter feito o bem (cf. v. 20b), sem jamais recorrer à violência (cf. v. 23). A resposta cristã ao mal só pode ser o bem, mesmo diante do sofrimento. Não se trata de mensagem de resignação, mas de esperança; é um chamado a viver o amor acima de tudo e a acreditar na sua força transformadora.

Diante disso, além de modelo a ser imitado, Jesus é reconhecido como o autêntico pastor que resgatou a todos da condição de ovelhas desgarradas (cf. v. 25), levando-os à condição de pessoas livres e justas, por ter carregado sozinho o pecado de todos (cf. v. 24). Como pastor que ama incondicionalmente, mesmo perseguido e ultrajado, sua resposta é sempre o amor. É assim, portanto, que devem agir também os cristãos.

3. Evangelho: Jo 10,1-10

O capítulo 10 do Evangelho segundo João é marcado pelo uso abundante da imagem do Bom Pastor aplicada a Jesus. O evangelho deste dia corresponde aos dez primeiros versículos desse capítulo, no qual Jesus se apresenta também como a porta das ovelhas, reforçando a sua identidade de único mediador entre Deus e a humanidade. Para compreender melhor todo o capítulo, sobretudo o trecho lido nesta celebração, é necessário recordar alguns elementos do capítulo anterior. Após ter curado um cego de nascença (cf. 9,1–7), Jesus foi hostilizado por alguns fariseus (cf. 9,13–16), que não aceitavam a origem divina da sua autoridade (cf. 9,16.29) e contestavam a veracidade da cura. O evangelho deste dia, portanto, faz parte da resposta de Jesus aos fariseus, os verdadeiros cegos (cf. 9,39–41).



A solene fórmula de introdução “em verdade, em verdade” do v. 1 (em grego: *amén, amén*) indica a importância do que será ensinado; significa que se trata de catequese vital para a comunidade cristã, como de fato essa é, pois diz respeito à própria identidade de Jesus enquanto único pastor credenciado pelo Pai para cuidar do rebanho. Assim, em uma pequena parábola, construída segundo um paralelismo antitético, Jesus contrapõe o comportamento do pastor ao do ladrão e assaltante (cf. vv. 1-5). Com essa comparação, ele acusa os dirigentes políticos e religiosos do seu tempo de agirem como ladrões, alertando a comunidade para não se deixar enganar. Só é autorizado a cuidar do rebanho quem entra pela porta (cf. v. 2), o pastor verdadeiro que é ele mesmo, pois foi enviado pelo Pai. Enquanto os líderes de Israel exploravam e oprimiam o povo, Jesus afirma que ser pastor é estabelecer uma relação familiar com as ovelhas, mediante a escuta que gera confiança (cf. v. 3); é promover a libertação das ovelhas e arriscar-se por elas, caminhando à sua frente em busca de liberdade e dignidade (cf. v. 4). Quando o pastor é autêntico, as ovelhas não se perdem, porque conhecem e escutam somente a sua voz (cf. v. 5); essa voz é o evangelho, por meio do qual Jesus fala em todos os tempos.

A não compreensão dos interlocutores de Jesus (cf. v. 6), os fariseus, só confirma a cegueira em que viviam (cf. 9,40-41). Diante disso, Jesus passa a falar de maneira mais direta, em primeira pessoa, ainda que simbolicamente, apresentando-se como a porta das ovelhas (cf. v. 7). Assim, a denúncia contra os dirigentes de Israel se torna ainda mais dura, pois revela a ilegitimidade do poder exercido até então. São eles os ladrões e assaltantes a quem as ovelhas não devem escutar (cf. v. 8). Só tem credibilidade diante de Deus quem passa por Jesus, a porta (cf. v. 9). A imagem da porta representa, portanto, a sua condição de único mediador entre Deus e a humanida-

de. A dinâmica do entrar e sair, facilitada pela porta, é sinal de liberdade: quem passa por Jesus é pessoa livre, pode entrar e sair e encontra pastagem (cf. v. 9) – a vida em abundância que ele mesmo veio comunicar ao mundo (cf. v. 10). Essa vida em abundância é, na verdade, a vida livre, digna e plena de amor; não se trata de uma vida para o além, mas da realização plena do ser humano neste mundo.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

As três leituras apontam para Jesus como o pastor autêntico e fonte de vida em abundância. Para participar dessa vida, no entanto, é necessário passar por ele mediante o batismo e a conversão contínua (I leitura), adotar o seu jeito de viver (II leitura), aceitá-lo como a única porta de acesso ao Pai e ouvir a sua voz (evangelho). Pedir oração por todas as vocações necessárias à edificação da comunidade cristã, especialmente pelas lideranças em atividade (bispos, presbíteros, religiosos/as e leigos/as), para que sejam promotoras de vida em abundância.

5º DOMINGO DA PÁSCOA

10 de maio

O Ressuscitado é Caminho, Verdade e Vida

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo favorece profunda reflexão sobre a comunidade cristã e sobre a identidade de Jesus como o Caminho, a Verdade e a Vida. A primeira leitura ensina que a comunidade que permanece fiel ao mandato de Jesus, aberta ao Espírito Santo e perseverante na oração é capaz de resolver os conflitos que ameaçam a sua unidade, harmonizando o anúncio da Palavra com a atenção às pessoas mais necessitadas. A segunda leitura apresenta a Igreja como um edifício espiritual, tendo o Cristo ressuscitado como fundamento e todos os cristãos como pedras



vivas dessa construção. No evangelho, o ponto alto é a apresentação de Jesus como o revelador do Pai por excelência e, por isso, o único caminho viável para a comunidade seguir.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 6,1-7

Esta leitura recorda a primeira crise da comunidade cristã primitiva, fundada em Jerusalém, no dia de Pentecostes (cf. At 2). Até então, essa comunidade fora descrita somente com características positivas, beirando à perfeição, com destaque para a generosidade e a partilha, a perseverança e o entusiasmo (cf. At 2,42-47; 4,32-35). Pela primeira vez, o autor fala de um problema concreto, causado por um conflito envolvendo os dois grupos que formavam a comunidade: os cristãos de origem grega e os de origem hebraica. Ambos os grupos eram compostos de judeus convertidos ao cristianismo. Os de origem hebraica, oriundos do judaísmo tradicional, sempre viveram na Palestina, falavam aramaico e liam as Escrituras em hebraico; os de origem grega, por sua vez, provinham do judaísmo da diáspora, falavam e liam as Escrituras em grego, eram menos ortodoxos e mais abertos. O centro do relato, no entanto, não é o conflito em si, mas a capacidade de superação demonstrada pela comunidade, sob a liderança dos apóstolos.

O v. 1 já descreve o conflito e sua gravidade: surgiu uma tensão entre os fiéis de origem grega e os de origem hebraica, devido à falta de assistência às viúvas do primeiro grupo. Temos aqui uma denúncia grave, pois as viúvas, como uma das principais categorias de pessoas vulneráveis em Israel, deveriam ser assistidas com prioridade em suas necessidades mais básicas, como a alimentação; era inadmissível, portanto, que fossem negligenciadas na comunidade cristã, até pouco tempo descrita como modelo de solidariedade e partilha (cf. At 2,42-47; 4,32-35). Comprometidos, acima de tudo, com o anúncio da

Palavra, os apóstolos reconhecem que o serviço das mesas também é essencial para a vida da Igreja, mostrando-se sensíveis às pessoas mais necessitadas. Por isso, sem impor nenhuma decisão, buscam a resolução do problema em comunhão com a comunidade (cf. v. 2), propondo a escolha de sete homens íntegros e dóceis ao Espírito Santo para o serviço das mesas (cf. v. 3). Os apóstolos não concentram todas as funções, mas fazem suscitar novos ministérios de acordo com as necessidades da comunidade; exercem a autoridade confiada por Jesus, mas sem autoritarismo. É a própria comunidade quem escolhe (cf. v. 5); os apóstolos confirmam as escolhas com a oração e o rito de imposição das mãos (cf. v. 6), e assim a Palavra continua se espalhando e a Igreja crescendo (cf. v. 7).

A maneira participativa e descentralizada pela qual a comunidade resolveu a sua primeira grave crise revela como os apóstolos assimilaram Jesus Cristo ressuscitado como o Caminho, a Verdade e a Vida, colocando-o como o centro da vida da Igreja. De fato, os apóstolos e todas as demais lideranças não são mais que instrumentos que ajudam a manter a centralidade do Ressuscitado na comunidade cristã.

2. II leitura: 1Pd 2,4-9

A segunda leitura desta liturgia ainda é retirada da primeira carta de Pedro, cuja contextualização fizemos brevemente no comentário do último domingo. No trecho lido neste dia, o autor apresenta a comunidade cristã como um edifício espiritual (cf. v. 5) cujo fundamento é o Cristo ressuscitado, designado como a “pedra angular” (vv. 4.6-7), e os tijolos são todos os batizados e batizadas (cf. v. 5). O construtor é o próprio Deus, o Pai. A imagem da pedra angular, aplicada a Jesus, remete a Is 28,16 e ao Sl 118,22.

Aos cristãos perseguidos – os destinatários primeiros do texto –, o autor faz um convite carregado de esperança e válido para todas



as épocas: “aproximai-vos do Senhor” (v. 4). Muitos cristãos eram hostilizados na época exatamente porque tinham adotado o estilo de vida de Jesus. Paralelamente ao convite, vem a recordação de que também Jesus, constituído como o fundamento da grande construção de Deus, foi rejeitado e descartado pelos construtores, isto é, pelas autoridades políticas e religiosas que o crucificaram (cf. vv. 6-7). Com a ressurreição, no entanto, ele tornou-se a pedra angular. Como é próprio de Deus tornar forte o que a humanidade descarta, também os cristãos que perseveraram na fé (cf. v. 7) são incorporados ao Cristo ressuscitado na edificação da Igreja, como pedras vivas.

Assim, o antigo templo de pedras é substituído pelo templo vivo que é a Igreja, enquanto comunidade dos que creem e acolhem a Palavra, formando um povo todo sacerdotal e capaz de fazer da própria vida uma oferta perene e agradável a Deus.

3. Evangelho: Jo 14,1-12

O evangelho apresenta Jesus no cenáculo, durante a última ceia com seus discípulos. Todos têm consciência de que é chegada a fase final da sua vida terrena. Por isso, a cena é marcada, inicialmente, por um clima de angústia, medo e incertezas que, aos poucos, será transformado pelas palavras esclarecedoras e esperançosas de Jesus. Assim, de despedida dramática, a ceia se torna um momento privilegiado da autorrevelação de Jesus, gerando a certeza de que a sua partida, em vez de gerar ausência, é a garantia da sua presença perene no seio da comunidade cristã, após a ressurreição.

Antes de tudo, Jesus ensina aos discípulos que, para superar os medos e angústias na comunidade, é necessário ter fé (cf. v. 1); em seguida, anuncia que na casa do Pai há muitas moradas, preparadas por ele, graças à morte e ressurreição, e destinadas a toda a comunidade de discípulos (cf. v. 2). Em um movimento

de partida-retorno, Jesus garante aos discípulos que estará sempre com eles, habitando as mesmas moradas que eles na casa do Pai (cf. v. 3). Ao contrário de como vem geralmente interpretado, a casa do Pai aqui não significa os céus, mas a própria comunidade cristã, e as muitas moradas são a diversidade de dons e carismas, serviços e ministérios que a compõem e são indispensáveis para a sua existência. Temos aqui uma mudança radical de paradigma: o Pai já não habita no templo de pedras, como acreditavam os judeus, mas na comunidade cristã e no coração de quem aceita seguir o caminho que é Jesus.

Depois de tanto tempo junto aos discípulos, Jesus esperava que eles já conhecessem o caminho a percorrer após a sua partida (cf. v. 4). Da ignorância deles nasce rico diálogo, iniciado por uma pergunta de Tomé a respeito do destino de Jesus e do caminho que eles devem seguir (cf. v. 5), cuja resposta é uma das mais profundas revelações de Jesus em todo o evangelho: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (v. 6a), além de reforçar sua condição de único mediador entre a humanidade e o Pai (cf. v. 6b). Com essa resposta, Jesus diz que é tudo para a comunidade; essa não necessita de nada que não esteja relacionado à sua pessoa. O itinerário que a comunidade deve percorrer é a sua própria trajetória de vida, por isso ele é o Caminho; tudo o que a comunidade deve anunciar é o que ele mesmo ensinou com palavras e sinais, por isso ele é a Verdade; e a vida a ser vivida é conforme aquela que Jesus doa em abundância, por amor, e por isso ele é a própria Vida. A expressão “Caminho, Verdade e Vida”, portanto, é a síntese da pessoa de Jesus e de tudo o que a comunidade necessita para ser a verdadeira casa do Pai.

O diálogo continua com uma intervenção de Filipe, pedindo que Jesus mostre o Pai (cf. v. 8). A resposta de Jesus soa como um lamento, pois, àquela altura, desconhecer o Pai significa não ter ainda assimilado os seus ensinamentos e a sua própria pessoa, uma vez



que ambos vivem em perfeita unidade (cf. vv. 9-11). O conhecimento do Pai passa, portanto, pela escuta e pelo seguimento de Jesus, e é disso que a comunidade necessita para fazer a sua obra de amor continuar crescendo (cf. v. 12), à luz da ressurreição, em uma dimensão ainda maior.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A certeza de que Jesus é o Caminho, a Verdade e a Vida significa que ele deve ser o referencial para todas as dimensões da vida eclesial. Quando a comunidade absorve essa certeza, torna-se a casa do Pai, com moradas suficientes para todas as pessoas mediante a diversidade de carismas e serviços, que visam sempre ao bem comum. A atenção aos mais necessitados é um dos sinais que indicam se uma comunidade é realmente casa do Pai, uma construção viva, que tem o Cristo ressuscitado como pedra angular.

6º DOMINGO DA PÁSCOA

17 de maio

Virá o Espírito da Verdade

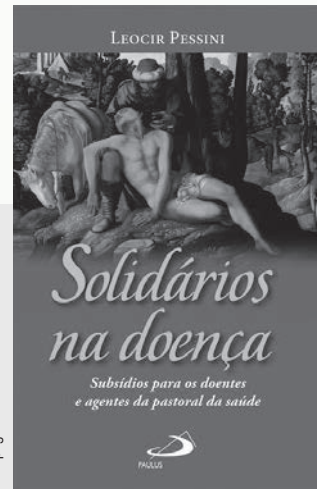
I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia deste domingo já é uma preparação para a festa de Pentecostes, uma vez que os três textos fazem claras referências ao Espírito Santo, dom de Deus que é cumprimento e plenitude do mistério pascal na vida da Igreja e de cada cristão. No evangelho, Jesus promete aos discípulos o Espírito Santo como “Defensor” e “Espírito da Verdade”, e a condição para recebê-lo é a vivência do mandamento do amor. A primeira leitura mostra o cumprimento dessa promessa e as suas consequências práticas: os discípulos que receberam o Espírito Santo também o transmitem, gerando novas comunidades e fortalecendo-as na fé e na unidade. A segunda leitura exorta os

Solidários na doença

Subsídios para os doentes e agentes da pastoral da saúde

Leocir Pessini



120 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro reúne as orações e reflexões mais populares utilizadas no trabalho pastoral para ler e rezar com e pelo doente. É também um instrumento válido para quem trabalha na área da saúde, como profissional e/ou agente de pastoral.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



cristãos a se manterem solícitos na esperança e perseverantes na prática do bem, mesmo quando são perseguidos, a exemplo de Cristo. É o Espírito Santo, portanto, quem sustenta a comunidade cristã na fidelidade ao Cristo ressuscitado.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 8,5-8.14-17

A primeira leitura apresenta um momento novo na vida da Igreja. Até então, a sua presença estava reduzida à cidade de Jerusalém, onde a comunidade dos seguidores de Jesus crescia constantemente, graças à força do Espírito Santo e ao testemunho dos próprios cristãos (cf. At 2,41-47; 4,32-35; 6,7). O trecho lido mostra a primeira expansão para fora de Jerusalém: a missão na Samaria, confiada por Filipe, um dos sete homens escolhidos para o serviço da assistência às viúvas de origem grega, como vimos no domingo passado. Essa missão foi motivada por uma perseguição desencadeada pelas autoridades judaicas contra a comunidade cristã, após o martírio de Estêvão (cf. At 8,1-4).

O primeiro destino da Igreja perseguida é uma região marcada por pouca ortodoxia e desprezada pelos judeus, a Samaria (cf. v. 5). Lá, o anúncio do evangelho é acolhido com entusiasmo e muitos prodígios são realizados, contagiando a comunidade de alegria (cf. vv. 6-8). Com essa primeira descrição da ação evangelizadora de Filipe, o autor do texto faz um paralelismo entre a missão da Igreja e a missão de Jesus, o qual também procurava regiões discriminadas e quase heréticas na medida em que era rejeitado pelos judeus mais observantes da Lei. Tal paralelismo é ainda mais acentuado na descrição dos prodígios realizados, praticamente os mesmos que Jesus fazia: a expulsão de espíritos maus e a cura de paralíticos e aleijados. Com isso, o autor ensina que a Igreja é a legítima continuadora da missão de Jesus no mundo.

A notícia do bom êxito da evangelização protagonizada por Filipe na Samaria chegou a Jerusalém, onde os apóstolos tinham permanecido (cf. v. 14), uma vez que os principais alvos da perseguição foram os cristãos de origem grega. O envio de Pedro e João significa a necessidade de manter a unidade e a comunhão com a comunidade-mãe de Jerusalém. A oração e a transmissão do Espírito Santo realizada por eles indicam que a evangelização se dá por etapas (cf. vv. 15-17), e não que os apóstolos tivessem o monopólio do Espírito Santo.

O primeiro passo da evangelização é o anúncio da Palavra, como fizera Filipe. O Espírito Santo, comunicado em seguida pelos apóstolos Pedro e João mediante o rito da imposição das mãos, significa a confirmação do batismo ministrado por Filipe e a pertença à Igreja universal.

2. II leitura: 1Pd 3,15-18

Concluimos neste dia a leitura da primeira carta de Pedro, iniciada no 2º domingo da Páscoa. Essa carta, conforme acenamos há alguns domingos, foi escrita a comunidades perseguidas da Ásia Menor, no final do século I. Nela, o autor exorta os cristãos a não desanimar diante das perseguições e do sofrimento, mantendo-se fiéis aos compromissos inerentes ao batismo.

No trecho lido nesta liturgia, o autor ensina como os cristãos devem responder às hostilidades do mundo quando questionados sobre as razões da fé e da esperança que possuem (cf. v. 15). Acima de tudo, devem reconhecer a santidade de Jesus Cristo, o Senhor, mediante a fidelidade ao seu evangelho, seguindo o seu próprio exemplo, sobretudo como ele reagiu em meio ao sofrimento. Os cristãos devem responder a todos com mansidão e respeito; não podem ter medo nem vergonha, mesmo se forem ultrajados (cf. v. 16). Por isso, é necessário ter convicções profundas e muita intimidade com o Cristo



ressuscitado, razão da fé e da esperança. Além de insultados e cobrados a dar explicações, os cristãos eram vítimas de violência física devido à fé que professavam e, mesmo assim, deveriam responder com o bem, “pois é melhor sofrer praticando o bem do que praticando o mal” (v. 17). Isso significa que tanto a prática do mal quanto a convivência com ele e com qualquer tipo de violência são inconcebíveis para uma pessoa cristã, cujo único parâmetro é o próprio Cristo, que sofreu até a morte, por causa da justiça praticada, para conduzir a humanidade a Deus (cf. v. 18).

Como consequência de uma existência conduzida pelo bem, e não como prêmio, Jesus foi vivificado pelo Espírito Santo, e é isso que os cristãos também recebem, quando dão razões da esperança e da fé que professam com a própria maneira de viver.

3. Evangelho: Jo 14,15-21

O evangelho continua ambientado no cenáculo, durante a última ceia de Jesus com os discípulos, como no domingo passado. O evangelista João, ao contrário dos sinóticos, apresenta nesse momento um conjunto de discursos de despedida de Jesus, intercalados por alguns diálogos com os discípulos, nos quais apresenta as últimas recomendações à comunidade dos seus seguidores. Isso faz da ceia um momento importante de autorrevelação de Jesus, constituindo-se como uma das principais características do Quarto Evangelho.

Os discípulos tinham consciência de que aquele era um momento de despedida, pois Jesus estava prestes a morrer e a retornar ao Pai. Por isso, havia medo, angústia, decepção e tristeza entre eles, como Jesus mesmo percebeu e procurou tranquilizá-los, pedindo que mantivessem viva a fé e prometendo preparar moradas na casa do Pai para todos eles (evangelho do domingo passado). No trecho lido nesta liturgia, Jesus continua a tranquilizá-los, fazendo novas promessas e, ao mesmo tempo, pedindo-lhes ainda mais fidelidade.

A primeira promessa que Jesus faz aos discípulos é o envio do Espírito Santo, chamado inicialmente de “um outro Defensor” (v. 16), uma vez que o primeiro defensor é ele mesmo. Essa promessa está condicionada ao mandamento do amor (cf. v. 15): só quem ama está habilitado a ser protegido pelo Defensor enviado pelo Pai a pedido de Jesus. A palavra grega traduzida aqui por Defensor, *Parákleto*, tem um significado muito amplo e importante, sobretudo quando se considera o contexto de medo e angústia em que os discípulos se encontravam: além de Defensor, significa advogado, conselheiro, intercessor, consolador, tudo o que os discípulos estavam necessitando naquele momento, tendo em vista as hostilidades que haveriam de enfrentar após a partida de Jesus.

Além de Defensor, Jesus chama o Espírito Santo de “Espírito da Verdade” (v. 17). Com esse título, ele lhe atribui mais uma função: ajudar a Igreja a manter o ensinamento do evangelho intacto e coerente, sem adulterações, ao longo da história. Guiada pelo Espírito da Verdade, a comunidade cristã tem a missão de superar as mentiras e hipocrisias presentes no mundo. Por isso, Jesus prevê a hostilidade do mundo em relação ao Espírito da Verdade. Mundo, aqui, não significa cosmos ou universo, mas a negação dos valores do evangelho, a falta de amor e a tendência ao pecado que pode estar dentro de cada pessoa, bem como os sistemas injustos de poder e dominação que violam a dignidade das pessoas. Só é capaz de receber o Espírito da Verdade, portanto, quem vive uma relação de amor com Jesus e com o próximo.

Como efeito da presença do Espírito Santo na vida dos discípulos e da Igreja, Jesus garante que não os deixará órfãos (cf. v. 18). Na linguagem bíblica, os órfãos, juntamente com as viúvas, representam a categoria máxima de pessoas vulneráveis e desprotegidas, e era assim que os discípulos se sentiam naquele momento. Com essa promessa, Jesus deixa



claro que, com a sua partida para o Pai, ficará ainda mais presente na vida dos discípulos (cf. vv. 19-20), pois já não estará condicionado aos limites da matéria, mas viverá em uma dimensão nova. A condição para experimentar a presença perene de Jesus e do Espírito Santo é a vivência do amor, o que garante a comunhão com o Pai (cf. v. 21).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Esta celebração é verdadeira preparação para a festa de Pentecostes. A promessa e a presença do Espírito Santo na vida da Igreja e dos cristãos são o tema que une as três leituras. É pelo Espírito Santo que a fé das comunidades no Ressuscitado é confirmada, em unidade e comunhão com a Igreja universal (I leitura), e é esse mesmo Espírito quem faz os cristãos perseverar na fé e na esperança, mesmo quando as adversidades são muitas (II leitura). E foi isso mesmo que Jesus prometeu no evangelho: o Espírito que defende, consola e mantém a comunidade na verdade.

ASCENSÃO DO SENHOR

24 de maio

O Deus conosco e nos céus

I. INTRODUÇÃO GERAL

Como Jesus havia prometido, no evangelho dos dois últimos domingos, que voltaria para o Pai, mas não abandonaria os seus, nesta liturgia ele confirma isso (cf. Mt 28,20). É esse o principal sentido desta celebração da soleinidade da Ascensão do Senhor, um mistério que completa o da ressurreição. A liturgia da Palavra é muito rica em simbologia e teologia. A primeira leitura e o evangelho relatam as últimas aparições do Ressuscitado aos discípulos, embora com perspectivas diferentes: têm em comum o mandato missionário, sendo o testemunho o enfoque do mandato na leitura, enquanto no evangelho é o anúncio/ensino, ambos com abertura universalista.

Como fruto de uma reflexão teológica mais apurada, a segunda leitura fala da ascensão como manifestação do poder de Deus, que fez o Cristo sentar-se à sua direita nos céus.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 1,1-11

A primeira leitura é a abertura do livro dos Atos dos Apóstolos, que, junto com o Evangelho de Lucas, forma uma única obra em dois volumes. Embora já estejamos bastante familiarizados com esse livro, uma vez que a sua leitura vem sendo feita desde o domingo da Páscoa, somente neste dia, quase na conclusão do tempo pascal, temos a oportunidade de ouvir o seu início. É uma obra dedicada a Teófilo (cf. v. 1), um personagem de identidade misteriosa, que divide a opinião dos estudiosos: para uns, era um homem ilustre e influente da administração romana que foi iniciado no cristianismo e a quem Lucas quis aprofundar na fé; para outros, é um personagem fictício, proposto como paradigma para os leitores da obra, conforme a etimologia do nome Teófilo, que significa amigo de Deus.

O trecho relata os últimos momentos do Ressuscitado junto aos seus discípulos, antes de sua partida para o Pai, e a ascensão propriamente dita. É composto de duas partes: o prólogo (cf. vv. 1-5), no qual Lucas sintetiza brevemente o conteúdo do seu evangelho, recordando o ministério de Jesus, do início até as aparições pós-pascais, e incluindo a promessa do Espírito Santo; e o relato da ascensão (cf. vv. 6-11), com a recomendação aos discípulos de serem testemunhas do Ressuscitado até os confins da terra.

O principal objetivo do autor é apresentar a missão dos discípulos como continuação da missão de Jesus. Para isso, emprega forte simbologia, a começar pela referência aos 40 dias (cf. v. 3), que significa, no judaísmo, o tempo necessário para a assimilação de um ensinamento importante; é o tempo suficiente para



um discípulo aprender e repetir o que o mestre ensinou. Assim, o autor diz que todo o ensinamento da Igreja, desde as suas origens, deve estar em sintonia com o que Jesus mesmo ensinou. Quem garante essa continuidade é a força do Espírito Santo (cf. vv. 5.8). Isso exige dos discípulos de todos os tempos uma abertura universalista, incompatível com as pretensões nacionalistas que ainda alimentavam ao almejamem a restauração do reino de Israel (cf. v. 6).

A descrição da ascensão enquanto elevação aos céus também é simbólica, inspirada provavelmente no relato do arrebatamento do profeta Elias (cf. 2Rs 2,9-15). A imagem da nuvem significa a presença de Deus (cf. v. 9) e aqui expressa a comunhão profunda entre a divindade e a humanidade, proporcionada por Jesus na totalidade da sua pessoa. Os dois homens vestidos de branco (cf. v. 10) são mensageiros divinos que visam conscientizar os discípulos da missão recebida de transformar o mundo por meio do testemunho do Ressuscitado, o que exige grande responsabilidade. Por isso, não devem ficar parados, olhando para o céu (cf. v. 11), mas se empenhar em tornar realidade o projeto libertador de Jesus, vivendo como ele viveu e fazendo as mesmas opções que ele fez. Isso faz da ascensão uma festa comprometedora. Celebrá-la é olhar para o mundo com seus problemas e desafios concretos e empenhar-se em transformá-lo, até que o Senhor retorne.

2. II leitura: Ef 1,17-23

A carta aos Efésios, da qual é tirada a segunda leitura, é uma espécie de carta circular, dirigida a diversas comunidades da Ásia Menor e escrita provavelmente quando Paulo se encontrava na prisão em Roma. O trecho lido nesta liturgia expressa, em forma de oração, hino e confissão de fé, o que a primeira leitura afirma em forma de relato.

Na primeira parte (cf. vv. 17-19), o autor pede a Deus, o Pai, um espírito de sabe-

doria que faça os cristãos conhecerem cada vez mais o seu mistério, quer dizer, o agir de Deus no mundo. Pede também abertura de coração para que conheçam e possam contemplar a glória de Deus e saibam que a mesma força e potência manifestadas em Cristo estão à disposição dos que creem. Isso significa que também os cristãos são herdeiros do céu, têm a glória como destino.

Na segunda parte (cf. vv. 20-23), o autor reafirma a manifestação da força e do poder de Deus em Cristo, unindo a ressurreição e a ascensão como componentes de um mesmo mistério: “o ressuscitou dos mortos e o fez sentar-se à sua direita nos céus” (v. 20). Assim, reconhece que a soberania de Cristo transcende o tempo e o espaço (cf. v. 21), pois tudo o que pertence ao Pai lhe foi submetido, sendo constituído Cabeça da Igreja. Como membros do corpo que é a Igreja, os cristãos também estão destinados à mesma glória da qual já goza a Cabeça, Cristo. E é isso o que mais carrega esta festa de alegria e esperança.

3. Evangelho: Mt 28,16-20

O evangelho é a conclusão do Evangelho de Mateus. É um texto curto e rico, que relata a aparição do Ressuscitado aos discípulos na Galileia com as suas últimas recomendações, que culminam no envio missionário universal. Além de concluir, esse texto sintetiza o conteúdo de todo o evangelho. É importante recordar que Mateus não descreve a subida de Jesus aos céus, como faz Lucas (cf. Lc 24.50-51; At 1,6-11), mas deixa o seu evangelho com um final aberto que enfatiza a presença constante do Ressuscitado na vida dos discípulos e da comunidade.

Tendo aparecido primeiro às mulheres, o Ressuscitado havia recomendado que elas anunciassem aos discípulos que retornassem à Galileia, onde os encontraria (cf. Mt 28,9-10). Por isso, o texto se inicia afirmando que “os onze discípulos foram para a Galileia”



(v. 16). O retorno à Galileia é muito significativo, sobretudo para as comunidades de Mateus, uma vez que, desde o início do seu evangelho, com o episódio dos magos (cf. Mt 2,1-12), Jerusalém é sinônimo de ameaça para Jesus e para o seu projeto libertador, tornando-se, inclusive, o cenário da sua paixão e morte. O retorno à Galileia após a ressurreição significa, portanto, que os discípulos devem continuar aprendendo com o Mestre, uma vez que foi lá onde tudo começou. Como a Galileia era uma região desprezada e periférica, significa também que os primeiros destinatários da missão da Igreja devem ser os pobres e marginalizados.

O encontro dos discípulos com o Ressuscitado é marcado por duas atitudes que parecem opostas, mas na verdade são complementares: a adoração, subentendida no gesto de prostrar-se, e a dúvida (cf. v. 17). Com a prostração, os discípulos repetem a atitude dos magos (cf. Mt 2,11), reconhecendo a divindade de Jesus, e proclamam a fé na ressurreição. A dúvida é um estímulo para a fé se tornar mais sólida e profunda a cada dia, e para a comunidade aprimorar constantemente o anúncio.

À reação dos discípulos, Jesus responde com breve discurso (cf. vv. 18-20). Primeiro, afirma a sua soberania (cf. v. 18), para recordar que é o enviado do Pai e foi constituído o Senhor do universo. Essa afirmação é também uma denúncia contra os sistemas injustos de poder que se impõem pelo uso da força e da violência. Em seguida, confere um mandato missionário universal e inclusivo aos discípulos (cf. v. 19): é destinado a todas as pessoas, de todos os lugares e de todos os tempos. Não é um convite ao proselitismo, mas ao anúncio integral do evangelho, que tem como finalidade tornar todas as nações discípulas suas e batizar em nome do Deus Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Por último, Jesus faz a promessa da sua presença para sempre na vida da comunida-

de (cf. v. 20) – sendo esta a principal chave de leitura de todo o Evangelho de Mateus. Com efeito, desde o início, Jesus foi apresentado como o “Deus conosco” (1,23); garantiu estar presente quando a comunidade estivesse reunida em seu nome (cf. 18,20) e, na conclusão, promete permanecer para sempre com os discípulos. Por isso, com essa certeza, Mateus não tinha motivos para descrever Jesus subindo aos céus, como fez Lucas. O que importa é que a comunidade possa sentir sua presença e esta a estimule a viver e ensinar tudo e somente o que Jesus ensinou.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Com palavras das próprias leituras, podemos resumir a liturgia da Palavra deste dia da seguinte maneira: “Jesus foi elevado aos céus” (At 1,11), por isso “está sentado à direita do Pai” (Ef 1,20) e, mesmo assim, “está conosco todos os dias” (Mt 28,20). Enfatizar o compromisso da comunidade de ser presença do Ressuscitado e continuar a sua missão. Recordar o dia mundial das comunicações sociais.

PENTECOSTES

31 de maio

Veio o Espírito prometido, dom do Ressuscitado e do Pai

I. INTRODUÇÃO GERAL

Celebramos a plenitude do mistério paschal: a efusão do Espírito Santo sobre a comunidade dos discípulos, conforme Jesus lhes prometera e a liturgia dos dois últimos domingos nos preparou. Jesus prometeu aos discípulos que não os deixaria órfãos, mas junto com o Pai enviaria outro Defensor, chamado também de Espírito da Verdade (cf. Jo 14,16-17). A liturgia deste dia contempla o cumprimento dessa promessa. Os autores do Novo Testamento situaram esse evento na história segundo diferentes perspectivas, de



acordo com as necessidades de suas respectivas comunidades. Lucas narrou-o em forma de teofania, situando-o no dia da antiga festa judaica de Pentecostes, quando os judeus celebravam a entrega da Lei de Deus a Moisés, 50 dias após a Páscoa (I leitura); para João, o Espírito Santo foi comunicado aos discípulos logo no dia da ressurreição (evangelho). Paulo, em vez de narrar um evento, fala dos efeitos do Espírito Santo na vida da Igreja: gerar unidade na diversidade, tendo em vista o bem comum (II leitura).

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 2,1-11

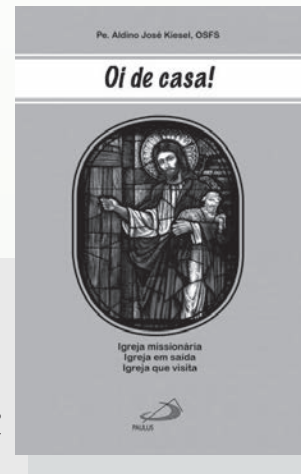
Pentecostes era uma das grandes festas judaicas, junto com a Páscoa e a festa das Tendras. Inicialmente, era chamada de festa das Semanas, pois era celebrada sete semanas após a Páscoa. Somente a partir da dominação grega (cf. Tb 2,1; 2Mc 12,32) é que ganhou o nome de Pentecostes, cujo significado literal é “quinquagésimo dia”, o que equivale à soma das sete semanas mais um dia. Como quase todas as festas judaicas, também ela tem suas origens ligadas à vida agrícola. Era a festa da colheita e, para a sua celebração, os peregrinos iam até Jerusalém levando como ofertas os melhores grãos e frutos da terra, em gratidão a Deus. Com o passar do tempo, perdeu a sua relação com a agricultura, ganhando novo sentido: os judeus passaram a celebrá-la como recordação do dom da Lei a Moisés e da constituição do povo de Deus ao redor do Sinai. Na época do Novo Testamento, esse novo sentido já estava consolidado.

Como artifício literário, Lucas, autor do livro dos Atos dos Apóstolos, serve-se desse contexto, fazendo coincidir, em seu relato, o envio do Espírito Santo aos discípulos com a festa judaica de Pentecostes (cf. v. 1). Por ocasião da festa, a cidade de Jerusalém estava repleta de judeus peregrinos de todo o mundo (cf. vv. 5.9-11), que tinham ido agradecer

Oi de casa!

Igreja missionária, Igreja em saída,
Igreja que visita

Pe. Aldino José Kiesel, OSFS



72 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Visitar, acolher, encontrar-se, recomeçar: a Sagrada Escritura é uma fonte inspiradora para rever a qualidade de nossas visitas. A intenção aqui é convidar você, leitor(a), a visitar a Bíblia com esta chave de leitura: a visita de Deus como inspiração para a eficácia de nossas visitas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



a Deus pela Lei. Assim, Lucas ensina que o Espírito Santo é a nova Lei. Para permanecer fiel a Jesus, a comunidade cristã já não necessita observar os preceitos da Lei mosaica, mas deve estar aberta e sensível ao Espírito Santo, o dom do Ressuscitado por excelência. Para ilustrar ainda mais essa relação, o relato é construído com elementos semelhantes aos da teofania do Sinai, como o vento e o fogo (cf. vv. 2-3; Ex 19,16-19).

Ao contrário da Lei, que fora destinada a apenas um povo, o Espírito Santo é acessível a todos os povos da terra, facilitando a comunicação e a comunhão, ao invés de separação. Por isso, o primeiro efeito do Espírito Santo é a compreensão recíproca: cada um se expressa do seu modo, sem negar os traços da sua cultura (cf. v. 4), e é compreendido e respeitado pelo outro da maneira que é (cf. v. 5). Isso é o advento de um novo mundo, com a superação de todas as barreiras que impedem a compreensão e a convivência fraterna entre os povos. A referência a “outras línguas” (v. 5), aqui, não tem relação com o fenômeno carismático da glossolalia, e sim com a diversidade de idiomas e culturas representadas em Jerusalém (cf. vv. 9-11).

Enquanto o evento do Sinai deu origem a um único povo, a cena descrita por Lucas em Pentecostes marca o início da unidade entre todos os povos da terra, congregados pelo Espírito Santo para levar adiante o projeto libertador de Jesus Cristo.

2. II leitura: 1Cor 12,3b-7.12-13

Embora fosse reconhecida pelo fervor e pela riqueza de dons que possuía, a comunidade de Corinto tinha sérios problemas internos, com muitas divisões e conflitos entre os seus membros. Na segunda leitura, Paulo procura conscientizar os cristãos daquela comunidade a respeito da unidade que deveria existir entre eles, sobretudo no que diz respeito à diversidade de dons e ministérios, os quais deveriam estar a serviço do bem de todos.

Como primeiro efeito do Espírito Santo, Paulo apresenta o reconhecimento de Jesus como Senhor (cf. v. 3b), do qual deriva a certeza de que é um só o Espírito que opera na comunidade, gerando uma diversidade de dons e ministérios (cf. vv. 4-6) e tendo em vista o bem comum (cf. v. 7). A maioria dos conflitos na comunidade surgiam porque os detentores de dons e carismas especiais consideravam-se superiores, usando os dons gratuitos de Deus para o proveito pessoal e alimentando rivalidades, quando na verdade deveriam estar a serviço da unidade e da edificação de todos.

Assim, empregando a imagem do corpo humano com os seus vários membros (cf. v. 12), Paulo exorta os cristãos a viver a unidade na diversidade (cf. v. 13). Quando uma comunidade alimenta divisões, espírito de competição e vaidades, está se fechando ao Espírito Santo e, conseqüentemente, desvinculando-se de Jesus Cristo.

3. Evangelho: Jo 20,19-23

João situa a doação do Espírito Santo aos discípulos pelo Ressuscitado no dia da ressurreição, o primeiro dia da semana (cf. v. 19), como mostra o evangelho desta liturgia, um texto que já foi lido no 2º domingo da Páscoa, em uma versão mais longa. Embora a Igreja tenha apreciado mais o esquema de Lucas, descrito na primeira leitura, a perspectiva de João parece ter mais sentido. Amedrontada e sem poder de ação, a comunidade dos discípulos necessitava da força do Espírito com urgência, para abrir as suas portas e, vencendo o medo, iniciar a missão de reconciliar a humanidade consigo mesma e com Deus, conforme o mandato do Ressuscitado.

Embora curto, o texto é muito rico. Inicia-se com um dado que evidencia a necessidade do Espírito, o outro Defensor prometido por Jesus: os discípulos estavam reunidos com portas fechadas, com medo



dos judeus (cf. v. 19). O termo “judeus”, aqui, não significa o povo, mas as autoridades responsáveis pela execução de Jesus. É inegável que os discípulos estavam em crise e a continuidade do projeto libertador de Jesus estava em risco. Por isso, o Ressuscitado se manifestou no meio deles e deu-lhes a sua paz, um dom que, neste contexto, significa a confiança e a coragem, antídotos contra o medo. Jesus comunica a sua paz estando no meio dos discípulos, e isso significa que, para a Igreja viver os propósitos do evangelho, é indispensável que no centro da sua existência esteja o Ressuscitado; a comunidade não pode ter outra referência que não seja ele. Por isso, ao se manifestar, o Ressuscitado aparece sempre no meio.

Após comunicar a sua paz aos discípulos, Jesus mostrou-lhes as mãos e o lado (cf. v. 20a), como sinal da continuidade entre o Ressuscitado e o Crucificado. Além de exprimir essa continuidade, as mãos e o lado são uma síntese da vida de Jesus: as mãos são sinais do serviço e de todo o bem que fez em favor da humanidade, enquanto o lado significa o coração com o qual amou os seus até o fim, a ponto de dar a vida por eles. Com isso, o evangelista diz que o Ressuscitado continua servindo e amando os seus, mas de uma maneira nova, já não condicionado às limitações de tempo e espaço como antes. Desta certeza brota a alegria dos discípulos (cf. v. 20b).

Oferecendo novamente a paz, Jesus envia os discípulos com a mesma autoridade com que fora enviado pelo Pai (cf. v. 21). Em seguida, confere o dom por excelência, o Espírito Santo (cf. v. 22), sem o qual o envio não teria sentido nem eficácia, cumprindo a sua maior promessa (cf. Jo 14,16.26; 15,26). Junto com o Espírito prometido, a comunidade cristã recebe a missão de reconciliar a humanidade consigo mesma e com Deus, continuando assim a obra de Jesus. Por isso, os discípulos recebem a missão de perdoar pecados (cf. v. 23). Esse mandato não significa

que a Igreja tem poder para determinar se um pecado deve ser perdoado ou não, e sim que ela tem a responsabilidade de chegar a todos os lugares e comunicar o amor de Jesus. O que gera o perdão é o amor. Os pecados são perdoados à medida que o amor de Jesus se espalha por todos os lugares. Só há risco de haver pecados sem perdão se os discípulos de Jesus forem omissos e deixarem de comunicar o seu amor.

Credenciado para tirar o pecado do mundo (cf. Jo 1,29), Jesus compartilha essa responsabilidade com a comunidade cristã. Para isso, é necessário deixar-se impulsionar pelo Espírito e amar sem medidas.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Esta solenidade significa muito mais do que o marco cronológico que delimita a conclusão do tempo da Páscoa. É a confirmação da fidelidade de Jesus aos seus seguidores de todos os tempos e a certeza da presença permanente do Espírito Santo na vida da Igreja. Coragem, abertura de mentalidade, capacidade de superar barreiras culturais, unidade na diversidade são apenas sinais que não podem faltar na comunidade que vive essa certeza.

SANTÍSSIMA TRINDADE

7 de junho

Trindade:
a comunidade do Deus amor

I. INTRODUÇÃO GERAL

Com esta solenidade, somos convidados a contemplar o indecifrável mistério da Santíssima Trindade, o Deus que é Um, mas são três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, formando perfeita comunidade de amor. As três leituras são muito ricas e, embora não expliquem o mistério trinitário, oferecem-nos uma oportunidade especial para conhecer a identidade de Deus, com os seus traços mais característicos. A primeira leitura nega a



equivocada impressão de que o Deus do Antigo Testamento é severo e cruel, ensinando que ele é tão misericordioso e bondoso, que não apenas perdoa os pecados e infidelidades, mas até caminha com o seu povo. A segunda leitura ensina que o Deus Trindade é comunhão e, por conseguinte, a comunidade cristã deve ser reflexo dessa comunhão, cultivando a paz e a concórdia entre os seus membros. No evangelho, Jesus, o revelador do Pai por excelência, revela um Deus que ama incondicionalmente a humanidade, a ponto de dar o próprio Filho para a salvação de todo o mundo. Portanto, celebramos hoje a festa do Deus amor. E isso deve encher nosso coração de alegria, esperança e disposição, para que esse amor alcance toda a humanidade e assim um mundo novo, marcado por justiça, paz e fraternidade, seja instaurado.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Ex 34,4b-6.8-9

A primeira leitura é tirada da terceira parte do livro do Êxodo (caps. 19-40), que apresenta o povo de Israel ao redor do Sinai, sob a liderança de Moisés, no contexto da aliança. É uma etapa decisiva para o futuro do povo. Antes de seguir em marcha rumo à terra prometida, Israel precisa ter convicções claras acerca do Deus que o libertara e disposição para caminhar na sua presença, obedecendo à Lei.

O trecho lido relata o início da renovação da aliança, após a ruptura ocasionada pelo trágico episódio do bezerro de ouro (cf. Ex 32). Moisés sobe à montanha com as novas tábuas de pedra, e Deus desce ao seu encontro, através da nuvem (cf. vv. 4-5). Temos aqui uma demonstração clara da bondade de Deus, que não desiste do ser humano por mais que este não lhe seja fiel. Deus passa diante de Moisés, como sinal de que está aberto à comunicação com a humanidade (cf. v. 6), permitindo que o seu nome seja invocado (cf. v. 5).

A invocação de Moisés revela aspectos importantes da identidade de Deus: “misericordioso e clemente, paciente, rico em bondade e fiel” (v. 6). É a certeza dessas qualidades de Deus que motiva Moisés a interceder pelo povo, mesmo sabendo que se trata de um povo de “cabeça dura”, ou seja, obstinado pelo pecado (cf. v. 9). Chega a ser surpreendente a intimidade de Moisés com Deus. Nisso se revela um Deus amoroso e próximo, um companheiro de caminhada. O pedido de perdão expressa o reconhecimento do pecado e a confissão de fé num Deus que é rico em amor e misericórdia, que permanece fiel mesmo quando não é correspondido.

2. II leitura: 2Cor 13,11-13

A segunda carta aos Coríntios, da qual é tirada a segunda leitura, foi escrita provavelmente em Éfeso, entre os anos 56 e 57 do século I, com o objetivo de amenizar o clima hostil existente entre Paulo e a comunidade de Corinto. Na primeira carta, o apóstolo tinha criticado bastante o comportamento dos cristãos da comunidade, devido às divisões, rivalidades e vaidades que estavam sendo alimentadas, o que acabou gerando revolta, a ponto de algumas pessoas nem sequer reconhecerem mais a sua liderança apostólica. Foi dessa situação que surgiu a segunda carta.

A leitura contempla apenas a conclusão da carta, que contém as últimas recomendações e a saudação final, na qual são explicitamente mencionadas as três pessoas divinas. A primeira exortação é um convite à alegria, que é o primeiro sinal da presença de Deus na vida de uma pessoa; por isso, deve ser uma característica de todo cristão (cf. v. 11). A vida cristã é dinâmica, deve ser aperfeiçoada cotidianamente, o que exige empenho e coragem. A comunidade é o lugar da comunhão, onde o amor recíproco deve ser cultivado por todos, gerando concórdia,



paz e formando uma só família, como reflexo do Deus Trindade, que doa os bens salvíficos em favor de todos: a graça, o amor e a comunhão (cf. v. 13).

3. Evangelho: Jo 3,16-18

O evangelho é composto de apenas três versículos, os quais não podem ser bem compreendidos se não considerarmos o contexto em que estão inseridos no Quarto Evangelho. Faz parte do diálogo entre Jesus e Nicodemos (cf. 3,1-21), um homem notável entre os judeus, pertencente ao grupo dos fariseus e interessado em conhecer Jesus e seu projeto. A cena se desenvolve em Jerusalém, onde Jesus se encontrava por ocasião da festa da Páscoa (cf. 2,13.23). Nicodemos procurou Jesus “na calada da noite” (cf. 3,2), provavelmente por precaução e medo de ser repreendido pelos seus irmãos de doutrina, que não consideravam Jesus boa companhia.

Nicodemos introduz o diálogo de modo sincero e respeitoso, reconhecendo a autoridade de Jesus com base nas obras que ele realiza (cf. 3,1-3). Porém, não é suficiente um reconhecimento de Jesus que se fundamenta somente em sinais visíveis; para acolhê-lo como enviado do Pai, é necessário nascer do alto (cf. 3,4-8), fazendo com ele profunda experiência interior. Nicodemos não compreende isso (cf. 3,4), o que faz Jesus prolongar a sua explicação, apresentando o projeto de salvação do Pai e a realização na sua pessoa (cf. 3,9-21). O trecho lido nesta liturgia faz parte dessa explicação.

Jesus apresenta Deus como um Pai que ama incondicionalmente e, ao mesmo tempo, apresenta-se como a prova desse amor incondicional do Pai, já que é ele o Filho doado ao mundo (cf. v. 16), ou seja, à humanidade inteira. Ao revelar essa novidade, Jesus destrói um dos principais pilares de sustentação da ortodoxa religião judaica: a exclusividade de Israel como único povo destinatário das promessas de Deus. A per-

tença a Deus deixa de ser privilégio de um povo e passa a ser um direito da humanidade inteira. Com isso, Jesus praticamente inverte a lógica do primeiro mandamento: ao invés de exigir amor para si, é Deus quem ama a humanidade sobre todas as coisas!

Em toda a Bíblia, essa é a única vez em que se afirma que “Deus amou o mundo”. A prova maior desse amor da parte de Deus é o seu dom: o Filho unigênito doado ao mundo para que, ao ser acolhido, se estabeleça na humanidade a vida eterna. O mundo inteiro é convidado a receber esse dom do Pai. Quem o acolhe, recebe a vida eterna. “Eterna”, aqui, não significa duração, mas a qualidade da vida de quem acolhe Jesus e seu evangelho. A “vida eterna” não é um prêmio que os bons receberão no futuro, como pensavam os fariseus e ainda pensam muitos cristãos. A vida se torna eterna quando se faz opção por Jesus e seu projeto. Essa vida é eterna porque é tão plena e cheia de sentido, a ponto de nem a morte poder destruí-la.

Se o primeiro versículo afirma o que o Filho de Deus veio fazer no mundo, o segundo diz o que não veio fazer: condenar (cf. v. 17). Mais uma vez, Jesus contradiz a ortodoxia judaica, ao excluir a ideia de Deus como um juiz que condena. Obviamente, quem esperava um Messias juiz que viesse ao mundo para separar os bons dos maus, os puros dos impuros, e assim salvar os primeiros e condenar os segundos não poderia acreditar no Deus revelado por Jesus: um Pai “louco” de amor, apaixonado pela humanidade, a ponto de dar o próprio Filho. Quem julga e condena são os próprios seres humanos com suas religiões falsamente fundadas em nome de Deus.

Enquanto os dois primeiros versículos fazem afirmações sobre Deus, o terceiro se refere aos destinatários dos dons de Deus, ressaltando a liberdade para acolher ou rejeitar a sua oferta de amor (cf. v. 18). Crer, aqui, significa adesão. O ser humano que rejeita a oferta



de vida em plenitude que é Jesus fica privado da qualidade de eternidade em sua vida e, portanto, estará condenado. Isso, porém, não depende de um juízo divino, é opção do ser humano. Deixar de crer no nome do Filho unigênito é se recusar a fazer comunhão com ele. Como toda escolha tem consequências, assim também no caso da adesão ou da rejeição ao Filho de Deus. Quem o rejeita se autoexclui da salvação. A oferta, contudo, é eterna; continua aberta, à espera de resposta positiva da parte da humanidade. Ao revelar o rosto amoroso do Pai, Jesus revela também a sua comunhão com ele.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Os principais traços característicos de Deus são evidenciados na liturgia deste dia. Na impossibilidade de descrever e decifrar o mistério da Santíssima Trindade, é recomendável enfatizar o que os textos bíblicos desta solenidade dizem sobre Deus. Da primeira leitura, é importante destacar que Deus sempre foi acessível ao ser humano, colocando a sua misericórdia e bondade à disposição. Sobre a segunda leitura, pode-se incentivar a comunidade a ser reflexo da Trindade, sobretudo na vivência da concórdia e da paz. O evangelho evidencia a comunhão de Jesus com o Pai e o amor incondicional dos dois. E é o Espírito Santo que faz irradiar essa comunhão até nós.

O roteiro para a solenidade do Corpo e Sangue de Cristo (11/06) encontra-se no site: vidapastoral.com.br

11º DOMINGO DO TEMPO COMUM

14 de junho

Da compaixão nasce a missão

I. INTRODUÇÃO GERAL

Na retomada do Tempo Comum, a liturgia evidencia a proximidade e o cui-

dado de Deus com a humanidade. É um Deus que ama e sente compaixão, interessado em estar presente no mundo, criando relações e preocupando-se com a situação do povo, a ponto de libertá-lo de todo tipo de opressão. Inicialmente, esse cuidado de Deus se evidencia pela escolha de um povo específico para ser sinal da sua presença no mundo por meio de uma aliança (I leitura). Ele, porém, tem um plano de salvação universal que se realiza por etapas; o seu amor é gratuito e universal (II leitura). Por isso, por intermédio do Filho, ele faz de tudo para recuperar e salvar o que parecia perdido, enviando colaboradores como operários de uma messe (evangelho).

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Ex 19,2-6a

Tirada do livro do Êxodo, a primeira leitura relata o episódio que pode ser chamado de “o nascimento do povo de Deus”, quando os israelitas, recém-libertados da escravidão do Egito, acamparam ao redor do Sinai e o Senhor estabeleceu com eles uma aliança. A propósito, esse texto é chamado também de “prólogo da aliança”. Tinham se passado três meses da saída do Egito, sob a liderança e mediação de Moisés, com quem Deus se comunicava abertamente. É nesse episódio que Deus propõe a aliança com Israel.

A comunicação estabelecida com Moisés já é um sinal muito claro da abertura de Deus e do amor que ele tem à humanidade, representada inicialmente pelo povo de Israel (cf. v. 3). É de Deus que parte a iniciativa, sempre. Com efeito, a própria libertação da escravidão não foi o povo que pediu, mas Deus que viu a situação e teve compaixão (cf. Ex 3,7-17). É ele que quer ser família com o povo, comunicando os seus propósitos. A função de Moisés é comunicar ao povo o que Deus propõe. Antes de tudo, é necessário fazer memória do que já foi feito. O povo não pode



esquecer a sua história, pois é nela que Deus se manifesta com seu poder e seu amor, representados no texto pela imagem da águia (cf. v. 4). A águia era reconhecida pela força que possuía e pela proteção incondicional aos seus filhotes, levando-os de um lugar para outro conforme as circunstâncias.

Após a memória do que já fez no passado, Deus propõe continuar fazendo grandes coisas por Israel também no futuro, desde que este guarde a aliança, ou seja, desde que Israel lhe seja fiel e observe o que será proposto como exigências da aliança, cuja síntese é expressa pelo decálogo (cf. Ex 20,1-17). Afinal, toda a terra pertence a Deus; logo, ele poderia escolher qualquer outro povo para ser a sua porção predileta. Escolheu, porém, Israel e é justo que haja correspondência. Não é uma imposição de Deus, mas uma proposta: “se ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança” (v. 5). Israel pode acolher ou rejeitar essa proposta.

Acolhendo o que Deus propõe, Israel conta com a certeza de um privilégio e recebe uma missão: será “um reino de sacerdotes e uma nação santa” (v. 6a), o que significa um povo voltado totalmente para Deus, alinhado à sua vontade, a ponto de ser a sua própria presença no mundo. Isso não deixa de ser um privilégio, mas é, acima de tudo, uma responsabilidade e uma missão especial: o povo eleito, constituído sacerdote e santo, deve ser sinal da santidade de Deus no mundo, testemunhando com a vida os propósitos de um Deus libertador que quer tornar-se próximo de todos e não tolera injustiças.

2. II leitura: Rm 5,6-11

A carta aos Romanos, da qual é tirada a segunda leitura, é a mais longa das cartas de Paulo e também considerada a mais rica, teologicamente falando. Foi escrita provavelmente em Corinto, entre os anos 57 e 58. O trecho lido nesta liturgia é verdadeiro alento à esperança, pois revela a gratuidade

Com Deus me deito, com Deus me levanto

Francisco van der Poel (Frei Chico)



408 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

A belíssima oração “Com Deus me deito, com Deus me levanto” é rezada por muitos e não consta nos manuais oficiais de religião. Sendo tão popular, usamos parte dela como título deste livro, que traz uma seleção de rezas da tradição oral e outros elementos da rica religiosidade popular brasileira, pesquisada pelo autor durante quarenta anos. Este tesouro vem acompanhado de informações históricas, explicações e reflexões para estudiosos e rezadores.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



do amor de Deus, que justifica a todos indistintamente. Por sinal, a justificação é um dos principais temas de toda a carta.

Na perspectiva de Paulo, o amor de Deus é tão grande, que não pode ser comparado com nenhuma experiência humana de amor. É próprio do ser humano amar em perspectiva retributiva, observando os méritos do outro (cf. v. 7). Deus, no entanto, ama imensamente e de modo gratuito, indistinto e desinteressado; a maior prova disso é a doação total do seu Filho, Jesus Cristo (cf. vv. 6.8), morto por todos os pecadores. Da gratuidade do amor de Deus, portanto, vem a nossa reconciliação com ele e, conseqüentemente, a certeza da salvação (cf. vv. 9.10).

Por isso, somos plenos de esperança e podemos nos gloriar em Deus, porque, sem mérito algum, fomos reconciliados com ele graças ao seu amor gratuito, derramado abundantemente sobre toda a humanidade por meio de seu Filho, Jesus Cristo, morto e ressuscitado.

3. Evangelho: Mt 9,36-10,8

O evangelho deste dia é um texto de transição entre uma seção narrativa e um discurso de Jesus. A alternância entre narrativa e discurso é uma das principais características literárias do Evangelho de Mateus. O texto compreende, pois, a conclusão da seção narrativa que sucedeu ao “discurso da montanha” e a introdução do novo discurso, chamado de “discurso missionário”. Por sinal, os discursos de Jesus partem sempre de situações concretas. Ao ver uma realidade, ele dá opiniões e toma iniciativas transformadoras. O evangelho desta liturgia retrata bem isso.

O evangelista começa dizendo que Jesus se compadeceu das multidões, porque estavam cansadas e abatidas, como ovelhas sem pastor (cf. 9,36), ou seja, abandonadas. Temos aí a constatação de uma realidade que gera em Jesus um sentimento e uma tomada de atitude. Na verdade, a compaixão não é apenas um sentimento: seu significado literal é “con-

torcer-se nas entranhas”, sendo esta o núcleo mais profundo e íntimo do ser humano, conforme a mentalidade hebraica; mais profundo até do que o coração. É a expressão máxima da misericórdia de Deus, o que o leva, conseqüentemente, a uma atitude transformadora. A situação de abandono das multidões denuncia a corrupção e a hipocrisia dos líderes, principalmente dos religiosos, como já tinha denunciado o profeta Ezequiel (cf. Ez 34); pastor é a imagem clássica do dirigente em Israel, e ovelha, a imagem do povo, recorda a necessidade de proteção. Quase sempre o motivo do sofrimento do povo é a corrupção dos dirigentes; isso vale para todas as épocas.

A primeira atitude de Jesus, motivado pela compaixão, é reforçar a confiança no Pai, empregando uma imagem também bastante conhecida na época: a messe (cf. 9,37-38), o que indica a urgência da missão. A messe é a lavoura pronta para ser colhida e pode perder-se, caso se atrase a colheita. A oração, que significa a intimidade com o Pai, é necessidade vital para a comunidade, sobretudo quando as situações são difíceis. Diante da situação deplorável em que se encontrava o povo, Jesus toma uma atitude libertadora, estendendo aos discípulos as mesmas prerrogativas que recebeu do Pai (cf. 10,1). Não se trata de poderes extraordinários para operar milagres. Dar poder ou autoridade aos discípulos significa autorizá-los a fazer o mesmo que Jesus fazia. “Expulsar os espíritos maus, curar doença e enfermidade” é apenas uma figura de linguagem que evoca a responsabilidade da comunidade cristã: restituir a vida e a dignidade às pessoas espoliadas pelo sistema dominante político e religioso, principalmente.

Os doze, cujos nomes o evangelista cita um por um (cf. 10,2-4), são enviados com algumas recomendações, como a prioridade “às ovelhas perdidas da casa de Israel” (10,5-6). Essa prioridade, aqui, não significa um privilégio, mas uma necessidade. “As nações pagãs e as cidades dos samaritanos” (10,5)



não são excluídas nem colocadas em segundo plano por Jesus. De todas as formas de dominação, a pior é a religiosa, e é isso o que justifica a prioridade de Israel no anúncio do Reino por Jesus e seus discípulos; foram os seus dirigentes que se tornaram maus pastores, explorando o povo em nome de Deus. Se o povo estava abandonado, a culpa principal era da religião, devido aos abusos e omissões daqueles que deveriam agir como pastores.

O conteúdo do anúncio é apenas o advento do “Reino dos céus” (10,7). De fato, o Reino dos céus se manifesta como vida em plenitude, com justiça, solidariedade, amor e inclusão. Esse Reino não pode ser imaginado como um evento futuro, porque é no presente que as multidões são mutiladas e maltratadas, exploradas e privadas de vida e dignidade. Os discípulos são enviados na gratuidade e no amor (cf. 10,8) para recuperar a vida ameaçada e explorada. Por isso, devem ser promotores da libertação, como pede Jesus. Não cumprindo gestos mágicos ou fantasiosos, mas sendo sinais de vida, com atuação profética e cristã.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O amor gratuito de Deus pela humanidade é o tema que une as três leituras. O envio dos discípulos por Jesus foi motivado pela sua compaixão pelo povo abandonado. Ilustrar a reflexão com questões concretas: como a comunidade ou paróquia lida com as pessoas abandonadas ao seu redor? Como a missão de Jesus está sendo continuada nos dias atuais?

12º DOMINGO DO TEMPO COMUM

21 de junho

A perseguição como consequência da fidelidade

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tema central desta liturgia é a perseguição, como consequência da fidelidade

de aos propósitos de Deus. Isso está muito claro na primeira leitura e no evangelho. Na primeira leitura, em forma de desabafo, Jeremias confessa o seu drama de profeta perseguido e, ao mesmo tempo, renova sua confiança no Senhor. O evangelho apresenta Jesus instruindo seus discípulos para a missão e recordando que, inevitavelmente, eles serão perseguidos; portanto, faz três exortações contra o medo (cf. Mt 10,26.28.31). Isso torna evidente que uma das exigências da fé é a coragem. Por sinal, da relação entre a primeira leitura e o evangelho, podemos concluir que o profetismo e o discipulado de Jesus são inseparáveis, na medida em que convergem para um mesmo destino e comportam as mesmas exigências. Mais independente tematicamente, a segunda leitura contrapõe Adão a Cristo, evidenciando a vitória da vida sobre a morte e a superabundância da graça em relação ao pecado.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: Jr 20,10-13

O profeta Jeremias teve um dos ministérios proféticos mais longos em Israel, com duração de aproximadamente 50 anos. Foi chamado por Deus quando ainda era muito novo (cf. Jr 1,4-10), na época do rei reformista Josias (aproximadamente 627 a.C.). O livro que leva o seu nome é o que contém mais dados autobiográficos entre todos os livros proféticos do Antigo Testamento. Com muita frequência, o profeta é apresentado falando em primeira pessoa e expressando seus dramas pessoais, a ponto de algumas seções do livro serem chamadas de “confissões de Jeremias” (cf. Jr 11,18-12,6; 15,10-21; 17,14-18; 18,18-23; 20,7-18). A primeira leitura deste dia é tirada de uma dessas confissões, especificamente da quinta, e reflete uma perseguição sofrida pelo profeta, como consequência de um oráculo crítico que ele tinha proferido



no Templo (cf. 20,14-15). Um sacerdote, de nome Fassur, escudou a sua pregação e mandou espancá-lo e prendê-lo imediatamente (cf. 20,1ss). Essa foi, aliás, a primeira violência física que o profeta sofreu por causa da sua pregação.

No trecho lido neste domingo, o profeta começa descrevendo a sua dramática situação (cf. v. 10): havia verdadeiro complô contra ele; por onde passava, era alvo de denúncias e escárnio. Como se não bastasse a oposição dos seus adversários, até mesmo os seus amigos passaram a vigiá-lo, procurando qualquer motivo para criticá-lo e armar ciladas contra ele. O profeta desabafa por sentir-se abandonado por todos, também pelos amigos, mas interpreta a situação como uma oportunidade para renovar a confiança no Senhor (cf. v. 11), acreditando que o bem vencerá o mal e os inimigos se envergonharão, derrotados. O pedido de vingança (cf. v. 12), aqui, não pode ser interpretado literalmente. O que o profeta deseja é que a justiça seja feita e o mal eliminado; não deseja a morte do inimigo, mas a conversão. O profeta confia tanto em Deus, que finaliza com um hino de louvor, cantando antecipadamente a sua própria libertação.

2. II leitura: Rm 5,12-15

Continuamos a leitura da carta de Paulo aos Romanos. No domingo passado, apresentamos alguns elementos do seu contexto, à guisa de introdução, e hoje damos prosseguimento, recordando que, além de ser a mais extensa, é a mais rica das cartas paulinas em conteúdo teológico. Devido à importância dos temas tratados, é o escrito de Paulo mais repercutido pela teologia cristã, constituindo, aliás, fonte das principais controvérsias e discordâncias entre a tradição católica e algumas Igrejas de tradição reformada.

O trecho utilizado nesta liturgia é considerado pelos exegetas um dos mais difíceis.

Nele, Paulo emprega um dos seus recursos retóricos prediletos – a antítese – para contrapor as figuras de Adão e Cristo, a fim de evidenciar a superioridade de Cristo e a superabundância da graça de Deus derramada por intermédio dele (cf. v. 15), cujas consequências são infinitamente superiores às do pecado de Adão (cf. v. 12). Mesmo que retoricamente o apóstolo estabeleça a comparação, a graça de Deus e o pecado são incomparáveis (cf. v. 14). Está em jogo também a contraposição entre a Lei e a graça (cf. v. 13), um dos principais temas de toda a carta. A Lei não é capaz de eliminar o pecado, mas apenas de identificá-lo; por isso, ela não justifica. Somente a graça de Deus manifestada em Jesus é capaz de justificar, pois ele venceu a maior consequência do pecado: a morte. Enfim, a força de Cristo é superior ao mal, e esta certeza é sinal de grande esperança.

3. Evangelho: Mt 10,26-33

Este evangelho é tirado do segundo discurso de Jesus no Evangelho de Mateus, o chamado “discurso missionário”, cuja leitura iniciamos no domingo passado. Esse discurso é composto de um conjunto de instruções e advertências de Jesus aos seus discípulos quanto ao modo de apresentar-se e comportar-se num mundo hostil aos valores do Reino dos céus. Na verdade, o conteúdo desse discurso, especialmente o trecho lido nesta liturgia, reflete mais a situação das comunidades de Mateus do final dos anos 70 d.C., quando o evangelho foi escrito. Na época, além das perseguições e hostilidades empreendidas pelo judaísmo oficial, havia perseguição aos cristãos pelo Império Romano, sob o comando de Domício. Podemos dizer, então, que o evangelista atualizou o ensinamento de Jesus aos doze primeiros discípulos e aplicou-o à situação das suas comunidades. Recordemos que Jesus está preparando os discípulos para



enviá-los em missão, com a finalidade de transformar a situação de abandono de um povo que estava sem rumo, como ovelhas sem pastor (cf. Mt 9,36ss). O desafio dos discípulos consiste exatamente em anunciar que “o Reino dos céus está próximo”, (10,7) onde predomina o “antirreino”, ou seja, projetos de morte e negação da vida, com as mais variadas formas de exploração. É uma missão bastante desafiadora. Por isso, a insistência de Jesus com o encorajamento dos discípulos, fazendo da exortação contra o medo uma espécie de refrão no evangelho deste dia (vv. 26.28.31). Como Jesus compartilhou com os discípulos as mesmas atribuições da sua própria missão (cf. 10,1.8), é óbvio que os discípulos receberiam hostilidades semelhantes, sofrendo as mesmas consequências.

A primeira exortação contra o medo (cf. v. 26) recorda que os discípulos não podem omitir nada do que lhes fora ensinado por Jesus (cf. vv. 26-27). O que havia de encoberto e escondido era o mistério do Reino, aquilo que até então somente os discípulos tinham aprendido com o Mestre, sobretudo o seu jeito de viver. Não se trata de planos secretos. O jeito de Jesus viver precisava ser conhecido por todos, já não podia ser privilégio de um grupo pequeno ou de uma comunidade exclusiva. No entanto, como a vida de Jesus ia de encontro ao que os sistemas da época propunham, tornava-se arriscado para os discípulos anunciar e, principalmente, viver como ele vivia.

A segunda exortação é impressionante, porque prevê a perseguição, até com violência física, como inevitável (cf. vv. 28-30). Pouco tempo antes, Jesus tinha alertado os discípulos de que seriam açoitados e entregues às sinagogas e tribunais (cf. 10,17), por isso pede que, mesmo assim, não tenham medo. De fato, quem tem medo da morte não está apto para o seguimento de Jesus. A oposição entre alma e corpo é a distinção

entre uma vida restrita à dimensão biológica (corpo) e uma vida plena (alma), uma vida com sentido, própria de quem vive os valores do Reino. Esta ninguém consegue tirar. Não há aqui nenhuma relação com o dualismo grego corpo-alma. A alma, para a comunidade de Mateus, significa a totalidade do ser humano, que encontra sentido para a vida na experiência de amor-comunhão com Jesus.

A terceira exortação completa e aperfeiçoa a segunda (cf. v. 31), mostrando que a superação do medo passa pela confiança no Pai. Nesse sentido, Jesus usa dois exemplos de coisas aparentemente insignificantes: os pardais e o cabelo (cf. vv. 29-30). Os pardais eram os pássaros comestíveis comercializados por menor valor, e o cabelo a unidade do corpo mais insignificante. Se até essas coisas são merecedoras da atenção do Pai, muito mais será a vida do discípulo que levar a sério o seguimento de Jesus e a missão de fazer o Reino dos céus acontecer na terra.

A comunidade que levar a sério a mensagem de Jesus, superando dificuldades e medos, anunciando com determinação a chegada do Reino, transformando situações de morte em vida, terá, não como prêmio, mas como consequência, a certeza do testemunho do próprio Jesus diante do Pai (cf. vv. 32-33). De fato, receber o testemunho de Jesus diante do Pai é a certeza de que a vida foi levada a sério. Levar a vida a sério e conduzi-la de acordo com o evangelho é um ato de coragem.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Fidelidade ao projeto de Deus e perseguição são coisas inseparáveis. Ao comentar as leituras, é importante questionar e levar a comunidade a refletir sobre quais são, nos dias atuais, os sinais que evidenciam fidelidade da comunidade cristã aos propósitos de Jesus.



SÃO PEDRO E SÃO PAULO

28 de junho

Testemunhas do evangelho, guardiões da fé

I. INTRODUÇÃO GERAL

O coração desta liturgia é a memória dos apóstolos Pedro e Paulo, as duas testemunhas mais marcantes do cristianismo das origens, cujos legados se estendem pelos séculos afóra. Um pescador galileu transformado em pescador de seres humanos; um fariseu fanático e perseguidor de cristãos que se tornou apóstolo das nações. Ambos assumiram um protagonismo incomparável nas primeiras décadas do cristianismo, a ponto de aventarmos que o livro dos Atos dos Apóstolos poderia tranquilamente ser chamado de Atos de Pedro e Paulo. Com caminhos e métodos diferentes – como eram tão diferentes em personalidade e história de vida –, tiveram em comum a paixão por Jesus Cristo e o zelo pelo seu evangelho, recebendo, como prêmio, a coroa do martírio.

II. COMENTÁRIOS DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura: At 12,1-11

Embora forneça o melhor panorama da vida da Igreja em suas origens, o livro dos Atos dos Apóstolos não é um livro de crônicas, mas uma obra teológica e catequética na qual, por meio de narrativas, o autor Lucas quer mostrar que nenhuma força consegue impedir a expansão da Palavra de Deus. É nessa perspectiva que devemos ler todo o livro e, especialmente, o texto indicado pela liturgia deste dia como primeira leitura. Trata-se de um dos textos mais vivos e animados de todo o livro. É também a última cena que tem Pedro como protagonista, pois, no capítulo seguinte, entra em cena o protagonismo de Paulo.

O texto se inicia com um dado que retrata um momento crítico na vida da comunidade cristã de Jerusalém: a perseguição

encabeçada por Herodes, com prisão, tortura e até a morte de um dos doze primeiros apóstolos chamados pessoalmente por Jesus, Tiago (cf. vv. 1-2). Aos poucos, o autor vai mostrando que há uma conformação dos discípulos à vida de Jesus; assim como o Mestre, eles são alvo de um conluio entre o poder romano e as autoridades judaicas (cf. vv. 3-4). A prisão de Pedro nos “dias dos Pães Ázimos”, ou seja, no período da Páscoa, é o principal indício da intenção do autor de mostrar que há correspondência entre o destino dos discípulos e o de Jesus.

A oração da Igreja por Pedro, enquanto estava na prisão (cf. v. 5), evidencia a estima que a comunidade de Jerusalém tinha por ele e a confiança dela no Senhor. Como, no evangelho, Lucas já tinha destacado o apreço de Jesus pela oração, em Atos ele mostra que a Igreja é continuadora também dessa prática, e isso é um sinal de fidelidade ao que o Mestre havia ensinado. A descrição da libertação miraculosa de Pedro (cf. vv. 6-11) é construída com o uso de diversas imagens, cujo objetivo é mostrar que Deus é o verdadeiro protagonista e Senhor da história, propondo três ensinamentos fundamentais para a comunidade cristã: a) a eficácia da oração comunitária; b) a proteção de Deus sobre as pessoas que ele chama para o seu serviço; c) nenhuma força ou poder humano é capaz de impedir a realização do projeto libertador de Deus. A expressão “anjo do Senhor” (vv. 7.11) significa o próprio Deus; é ele quem liberta o ser humano de todo mal, e a salvação é obra sua.

2. II leitura: 2Tm 4,6-8.17-18

A segunda carta a Timóteo é uma espécie de testamento autobiográfico atribuído a Paulo. É quase unanimidade entre os estudiosos que seu autor real não foi o apóstolo, mas alguém que o conhecia muito bem e quis documentar elementos importantes do seu legado, já que nas cartas autênticas ele fala muito pouco de si. É provável, até,



que essa carta tenha sido escrita no final do primeiro século ou mesmo no início do segundo. O importante, no entanto, é que nela está o retrato de Paulo, também pelo tom pessoal e intimista.

O escrito retrata a fase final da vida do apóstolo, destacando a consciência tranquila de quem soube dedicar a vida à causa do evangelho (cf. v. 6). Com muita serenidade, empregando uma linguagem altamente simbólica, ele relata a sua apaixonante experiência de vida cristã. Sua tranquilidade de consciência deriva da certeza de ter guardado a fé (cf. v. 7). Com isso, quer dizer que anunciou o evangelho de modo integral, sem nenhuma distorção (cf. v. 17); foi totalmente fiel ao Senhor. O zelo pela fé que guardou e defendeu é tão grande, a ponto de praticamente não conseguir expressá-lo. Por isso, recorre à linguagem do culto (cf. v. 6), o que significa a consciência do martírio que se aproxima e a certeza de ter feito da vida um culto agradável a Deus. Há ainda imagens do mundo militar e esportivo: “combati o bom combate, completei a corrida” (v. 7).

Enfim, a vida de Paulo foi uma aventura de amor na qual ele fez tudo o que foi possível para o evangelho ser anunciado, podendo contar com a proteção do Senhor em todas as circunstâncias da vida, até a morte. Por isso, a conclusão da carta e da vida é feita com um hino de louvor a Deus, como deve ser a vida de todos os cristãos.

3. Evangelho: Mt 16,13-19

O texto evangélico indicado para esta liturgia relata um episódio central no Evangelho de Mateus: a confissão de fé feita por Pedro, reconhecendo Jesus como “o Messias, o Filho do Deus vivo” (v. 16). Embora se trate de um episódio comum aos três sinóticos (cf. Mt 16,13-19; Mc 8,27-30; Lc 9,18-21), a versão de Mateus apresenta algumas particularidades importantes, o que fez a Igreja valorizá-la mais ao longo da

Espiritualidade do padre diocesano

Humberto Robson de Carvalho e
Fernando Lorenz



128 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

A espiritualidade do padre diocesano fundamenta-se em Jesus Cristo, o Bom Pastor, como modelo da caridade pastoral. Na paróquia, ele desenvolve esta predileção amorosa com o povo de Deus, na graça do Espírito Santo. A inserção do padre diocesano em sua comunidade e, por sua vez, na diocese – por meio da incardinação, isto é, pelo vínculo jurídico, espiritual e sponsal assumido em plena comunhão com o bispo, o presbitério e o povo de Deus – configura a diocesaneidade.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011

paulus.com.br



história. A cena transcorre na região de Cesareia de Filipe (cf. v. 13), no extremo norte da Galileia; como o próprio nome indica, trata-se de uma cidade imperial, onde o culto ao imperador romano era praticamente imposto. Logo, a confissão da messianidade de Jesus ali era uma denúncia e desmascaramento da religião imperial.

A pergunta de Jesus sobre o que dizem dele (cf. v. 13b), ou seja, do Filho do homem, não é demonstração de preocupação com sua imagem pessoal, e sim com a eficácia do anúncio feito pelos seus seguidores. Até então, Jesus já tinha realizado muitos sinais no meio do povo e ensinado bastante, mas pouca gente o conhecia verdadeiramente. Muitos o seguiam pela novidade que ele trazia; uns pelo seu jeito diferente de acolher os mais necessitados e excluídos, outros para se aproveitarem dos sinais realizados.

A opinião do povo, conforme a resposta dos discípulos, revela a falta de clareza existente sobre a identidade de Jesus, mas também mostra que ele estava bem-conceituado, pois era reconhecido como um grande profeta (cf. v. 14). De fato, os personagens citados foram grandes profetas, homens que acenderam a esperança de libertação, anunciando, denunciando e testemunhando. A pergunta sobre o que as outras pessoas diziam a seu respeito foi apenas um pretexto. Na verdade, o que Jesus mais queria saber era o que os discípulos pensavam da sua pessoa. Por isso, pediu também a opinião deles (cf. v. 15). O texto diz que Pedro respondeu, afirmando: “Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo” (v. 16). Na verdade, essa é a resposta de todo o grupo dos discípulos.

A resposta é complexa e profunda: Jesus é Messias e Filho do Deus vivo. É muito significativo que seja reconhecido como o Messias esperado, ou seja, como o Cristo, o enviado de Deus para libertar o seu povo e a humanidade inteira. Como circulavam muitas imagens de Messias entre o povo,

principalmente a de um Messias guerreiro e glorioso, o segundo elemento da resposta de Pedro é de extrema profundidade e importância. Além de definir a qualidade do messianismo de Jesus, essa expressão serve para denunciar a falsidade do culto ao imperador romano, o qual exigia ser reverenciado como filho de uma divindade.

Jesus se alegra com a resposta de Pedro e o proclama bem-aventurado (cf. v. 17), pois percebe que está aberto aos propósitos do Pai, que é quem revela tudo. É isso que torna o apóstolo apto a participar da construção da sua comunidade, a Igreja (cf. v. 18). Ao contrário da antiga religião judaica, que precisava de um templo de pedras, na construção da Igreja são necessárias pedras vivas. E Pedro é a primeira. Jesus declara que as hostilidades e perseguições – ou seja, o “poder do inferno” – não conseguirão destruir a sua Igreja, edificada com pedras vivas e seguras como Pedro.

No final, temos a mais significativa declaração de Jesus a Pedro e à comunidade (cf. v. 19), o que não é propriamente uma delegação de poderes, mas de responsabilidade. A comunidade recebe “as chaves do Reino dos céus”, porque é nela que se faz a experiência da fé e da comunhão profunda com Deus. Qualquer um que professa convictamente a fé em Jesus e vive seu programa de vida, expresso nas bem-aventuranças (cf. Mt 5,1-2), tem a chave de acesso ao Reino. “Ligar e desligar” é, portanto, imagem da responsabilidade. Se alguém ficar fora do Reino, a causa pode ser a omissão da comunidade. Isso significa que, quando a comunidade cristã vive profundamente o que Jesus ensinou, acontece a comunhão perfeita entre o céu e a terra.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Esta é uma festa que deve imprimir alegria e confiança em todas as comunidades cristãs. É importante explicar bem as leituras e não utilizar o texto de Mateus para alimentar saudosismos e pretensões triunfalistas. **vp**

UMA ORIGINAL E CONVINCENTE TEOLOGIA DOS SACRAMENTOS EM CHAVE LATINO-AMERICANA!



Nesse livro, com base em seus muitos anos de estudo, ensino e vivência dos sacramentos, o pe. Francisco Taborda, SJ, além de tratar das grandes questões da teologia dos sacramentos de forma clara, acessível, convincente e cativante, faz uma reformulação dessa teologia, relacionando as categorias da "práxis", para a fé cristã, e da "festa", para os sacramentos da fé. Oferece também importante embasamento teológico-pastoral para o necessário enfrentamento dos chamados "problemas sacramentais" e da própria "crise dos sacramentos" na qual há tempos estamos mergulhados.

A IGREJA VIVE DA EUCARISTIA, QUE É SEU MAIS PRECIOSO BEM!

É com alegria que a Igreja experimenta, de diversas maneiras, a realização incessante da promessa de Cristo "Eu estarei sempre convosco, até o fim do mundo"; mas, na sagrada Eucaristia, se usufrui desta presença com uma intensidade sem comparação! (Ecclesia de Eucharistia, n. 1).

